A propósito de um conjunto de glandes *plumbeae*: o Castelo das Juntas (Moura) no contexto do episódio Sertoriano das Guerras Civis na margem esquerda do Guadiana

RUI MATALOTO¹ MUNICÍPIO DE REDONDO; PORTANTA – ASSOCIAÇÃO DE ARQUEOLOGIA IBÉRICA

"O velho Nabu com a afunda, mete uma pedra, onde mete um olho," comentário popular de Santiago Rio de Moinhos (Borba), 1999

"... officinas ferrarias instruere, sagittas telaque uti fierent complura curare, glandes fundere, sudes comparare, litteras in Siciliam nuntiosque mittere ut sibi crates materiem que congererent ad arietes, cuius inopia in Africa esset, praeterea ferrum plumbum mitteretur."

"At the same time he established workshops, made a great number of darts and arrows, provided himself with leaden bullets and palisades, wrote to Sicily for hurdles and wood to make rams, because he had none in Africa, and likewise gave orders for sending corn."

Bel. Afr., 20, 3

......

Resumo: Pretende-se com o presente trabalho dar a conhecer um conjunto de glandes *plumbeae* recolhidos no sítio do Castelo das Juntas, em Moura, enquadrando-as nas dinâmicas de povoamento da margem esquerda do Guadiana, em particular ao longo do séc. I aC, com especial enfoque no período das Guerras Sertorianas.

Summary: The aim of this study is to present a set of glandes *plumbeae* collected at the site of Castelo das Juntas in Moura, framing them in the settlements dynamics of the left bank of the Guadiana, in particular along the 1st century BC, with special focus on the period of the Sertorian's War.

1 - "Achamento" do conjunto: considerações gerais

No âmbito da revisão que João Pimenta se encontrava a efectuar sobre a distribuição de balas de funda tardo-republicanas registadas no território actualmente português tomou-se conhecimento em finais de 2011, através de uma simples pesquisa no Google, da existência da colecção que deu azo ao presente trabalho. No sentido de apurarmos a sua origem, e de a documentarmos devidamente, pediu-me o meu amigo para entrar em contacto com o Dr. António Montezo, interessado e conhecedor das antiguidades da envolvente da Póvoa de São Miguel.

Após o primeiro contacto desde logo ficou patente que o conjunto existente era bem maior que o dado a conhecer *on-line*, estando na posse do senhor José Batista, residente na Póvoa de São Miguel, e amigo do Dr. António Montezo.

As 67 balas de funda aqui dadas a conhecer encontram-se 3 na posse deste último, 3 no Museu de Moura e as restantes na de José Batista, achador da maior parte.

Estas foram recolhidas essencialmente nos inícios da década de 90 do séc. XX no Castelo das Juntas, e nas suas imediações. Foi-nos transmitido pelo achador que uma parte havia sido recolhida essencialmente na envolvente do sítio (nºs 1 a 24), enquanto as restantes (nºs 25 a 62) foram encontradas reunidas no interior do povoado. As três existentes no Museu de Moura, sem proveniência atribuída, poderão corresponder a parte deste conjunto, oferecidas pelo Sr. José Batista, tal como uma grande urna de chumbo, pouco depois do seu achamento.

Além destas será de registar ainda a recolha de seis outras glandes (Albergaria e Melro, 2004, p. 82), no decurso dos trabalhos de escavação de caracterização efectuados no âmbito do Plano de Minimização de Alqueva, que submergiu boa parte do povoado, restando emersa uma pequena parte transformada em ilha.

Igualmente provenientes deste local, e que detalharemos posteriormente, foram também recolhidas outras peças metálicas, em bronze, além de seis denários e duas moedas de cunhagem peninsular.

Além deste conjunto proveniente do Castelo das Juntas registámos a presença de outra glans pumbeae proveniente do Castelo da Lousa, de tipologia manifestamente distinta.

2. O Castelo das Juntas: localização e balanço dos conhecimentos

O sítio arqueológico do Castelo das Juntas apresenta o Código Nacional de Sítio 8493, localizando-se nas seguintes coordenadas, constantes na base de dados — Endovélico: 38.29562N/-7.397956E.

Este povoado situa-se no concelho de Moura, freguesia da Póvoa de São Miguel, implantando-se em um apertado, mas extenso, meandro, distante não mais de 2km para montante da foz da Ribeira de Alcarrache. Localiza-se num topo aplanado, justamente no ponto mais apertado do meandro, rodeado de vertentes declivosas, principalmente para Nascente. Ainda que apresente algum destaque na paisagem envolvente imediata, dilui-se bastante a maior distância. Enquadrando-se numa área de solos particularmente pobres, cremos significativo para a devida percepção da localização deste povoado o facto de situar nas imediações de vários "portos", onde se passava a vau, tanto o Alcarrache, nos "portos"

da Luz a montante, e da Junta, a jusante, como do Guadiana, nos "portos" do Cu de Pato e Meirinho. Adjacente a estes dois últimos, mas já na margem direita, verificou-se a presença de atalaias medievais, que parecem comprovar a relevância da travessia do "rio grande do Sul" nestes locais (Silva, 1999, p. 309).

O sítio foi primeiramente mencionado por Fragoso Lima, de um modo bastante vago, sem nunca o ter visitado (Lima, 1988, p. 60), ainda que desde logo mencione a presença da estrutura de fortificação e de estruturas circulares, que têm vindo a ser interpretadas como

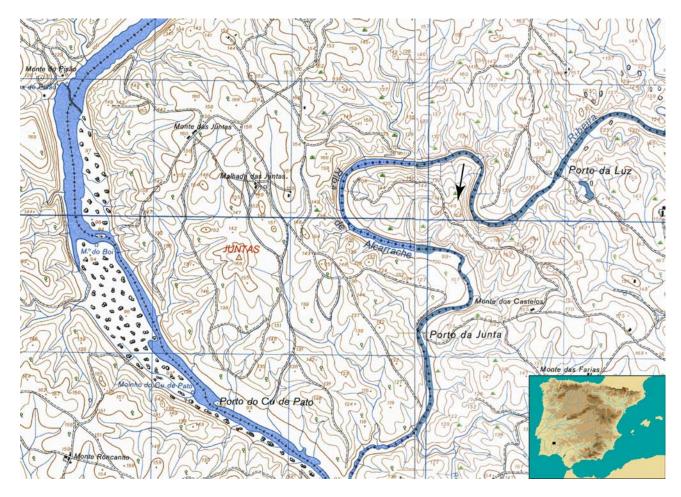


Figura 1 Localização do Castelo das Juntas sobre mapa topográfico 1:25000

grandes torreões exteriores. Posteriormente, C. Tavares da Silva no âmbito dos trabalhos de levantamento arqueológico afeto à construção da barragem de Alqueva faz a primeira descrição mais pormenorizada, confirmando o seu enquadramento num momento avançado da Idade do Ferro, algo que se manteve nas descrições posteriores, onde igualmente se comenta a presença de muralhas e dois bastiões circulares (Silva, 1999, p. 327). O sítio veio em boa medida a ser afectado pela subida das águas da barragem de Alqueva que, não o cobrindo integralmente, submergiram todo o circuito muralhado, transformando-o em ilha.

Esta afectação levou-o a ser intervencionado no âmbito do PMI de Alqueva, conhecendo duas campanhas de escavação, nas quais se efectuaram 4 sondagens, que abrangeram uma área ínfima do povoado, e das quais já se deu a conhecer uma primeira notícia (Albergaria, et al. 2000), tendo entretanto saído a monografia do Bloco referente à proto-história da margem esquerda do Guadiana (Albergaria e Melro, 2013).

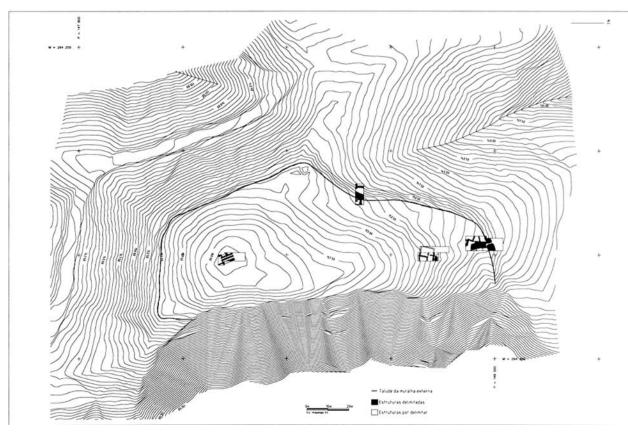


Figura 2 Planta geral do Castelo das Juntas, com implantação das sondagens e estruturas detectadas (seg. Albergaria e Melro, 2013)

O povoado do Castelo das Juntas apresenta uma planta genericamente subrectangular, com o eixo maior no sentido N-S e uma ligeira excrescência do lado Poente. A sua área não deverá superar 1ha intramuros (v. Fig 2).

As quatro sondagens permitiram documentar uma espessa muralha, aparentemente perimetral, dotada de uma estreita porta, virada a Norte, apresentando nos pontos mais facilmente franqueáveis dois torreões arredondados, não intervencionados. No interior, tanto quanto foi possível apurar, desenvolve-se um urbanismo de compartimentos rectangulares adossados à muralha. No topo documentou-se um muito interessante celeiro sobrelevado (Albergaria et al. 2000, Albergaria e Melro, 2013, fig. 4.104). Esta realidade arquitectónica é totalmente desconhecida em contextos indígenas no sudoeste peninsular, ainda que esta observação seja pouco relevante, dada a ausência quase total de intervenções em povoados deste cariz. Contudo, um destes celeiros sobrelevados foi documentado no fortim do Pedrão (Soares e Silva, 1973) que vem sendo interpretado, nos últimos anos, como um local de estacionamento de um pequeno contingente militar romano (Fabião, 1998; Fabião, 2006, p. 119), posição com a qual coincidimos (Mataloto, 2002, p.214).

Segundo os autores, foi possível documentar três grandes momentos de ocupação, estando a estrutura amuralhada perimetral presente desde o início. A Fase I, a mais antiga, não entregou um conjunto material que permita um enquadramento cronológico claro. As Fase II e especialmente a Fase III autorizam uma certa aproximação ao espectro cronológico, ainda que não apresentem marcada diferenciação, devendo provavelmente desenvolver-se entre um momento avançado/final do séc. II aC e o primeiro terço do séc. I aC (Albergaria e Melro, 2013, p. 242), ainda que não existam sólidos argumentos, em nossa perspectiva, para retroceder a ocupação para o séc. II aC, já que o escasso material

de importação pode ser todo enquadrado no séc. I aC, independentemente de poder ter uma cronologia se produção mais longa. Na realidade, os autores informam-nos que em estratigrafia integrada na Fase II se procedeu à recolha de diversos recipientes de "paredes finas" com cronologias dentro do séc. II-I aC, o que nos deixa um espectro cronológico bastante curto para a fase seguinte se, segundo cremos, e se tentará demonstrar adiante, o sítio foi abandonado no contexto das Guerras Sertorianas. Por outro lado, no que diz respeito à Fase I, sem materiais datáveis, mesmo que pontualmente possam ter surgido remobilizados alguns materiais de cronologia aparentemente mais recuada, estamos em crer que o povoado, tal e como se nos apresenta, deve ter sido obra provavelmente de finais do séc. II aC, se não mesmo de inícios do seguinte, o que não obsta ter existido uma realidade ocupacional anterior, dentro do séc. III aC (Albergaria e Melro, 2013, p. 241), que em nossa opinião não deveria ter tido a expressão arquitectónica deste.

Segundo se afirma, 96% da cerâmica é de tradição indígena, correspondendo a produções locais/regionais de cerâmica comum, composta por potes/panelas, tigelas, contentores abertos e grandes recipientes de armazenagem. Sem pôr em causa estes números, cremos que devemos discordar dos autores quando afirmam que a feição claramente romana--republicana está assinalada apenas por dois recipientes de campaniense, do círculo da B, uma forma da série F7553 e uma base de pátera integrável nas sériesF2230-2280 (Morel, 1981), para além das formas de "paredes finas" IIB, III e IIIB, VIIIC de Mayet (Albergaria e Melro, 2013, p. 222, fig. 4.130, forma aberta II). Na realidade, cremos que se encontram já bem patentes claras influências romanas em algumas produções aparentemente regionais, como se pode ver na peça CJ 283, que imita a campaniense Lamb. 1/F2300 (v. Albergaria e Melro, 2013, p. fig. 4.135, forma aberta II), para além de uma tijela/prato, CJ 287, de ampla base plana, sem qualquer paralelo nas produções pré-romanas, mas com evidentes afinidades na cerâmica comum itálica (v. Albergaria e Melro, 2013, p. 226, fig. 4.127). Todavia, cremos ser na lucerna CJ 282 (v. Albergaria e Melro, 2013, p. 224, fig. 4.133), produzida aparentemente a nível local, que fica bem patente esta influência itálica, seguindo a proposta de C. Fabião (1998, p. 425) que associou a presença de lucernas a um dos mais claros exemplos da romanização dos hábitos, se não mesmo da presença de contingentes itálicos. Não deixa de ser bastante revelador existirem em Cáceres El Viejo lucernas bastante semelhantes, produzidas igualmente a nível local (Ulbert, 1984, tafel 42).

Por fim, não cremos ser muito significativo sobre o contingente populacional que ocupou o Castelo das Juntas o facto de 9% da cerâmica ser de produção manual (Albergaria e Melro, 2013, p. 214). Na análise efectuada à cerâmica comum do Castelo da Lousa documentou-se a presença de 3,6% de produções manuais, a que deveríamos aduzir 15,2% de produções a torno lento, por vezes dificilmente destrinçáveis daquelas. As autoras do estudo consideraram estas presenças ao nível dos povoados indígenas (Pinto e Schmitt, 2010, p. 331), o que consideramos excessivamente linear, sabida que é a forte presença de cerâmica manual no acampamento da Lomba do Canho, apenas para citar um exemplo conhecido (Fabião e Guerra, 1987, p. 299).

Deste modo, não nos surge suficientemente clara e linear a leitura deste local enquanto simples povoado indígena, antes nos parece surgir já numa lógica profundamente integrada nas dinâmicas romanas do processo de conquista, independentemente de os seus ocupantes terem sido maioritariamente populações peninsulares. As suas características, e o seu posicionamento, como se pretende demonstrar, autorizam a associação deste local

ao estacionamento de uma guarnição militar de apoio logístico à movimentação de tropas e ao controlo da transitabilidade, tal como foi proposto para outras áreas peninsulares (Ñaco e Principal, 2012)

Ainda que os dados sejam lacónicos, não é de todo improvável que este sítio tenha surgido apenas num momento muito avançado da ocupação efectiva do território pelas tropas romanas republicanas, tendo rapidamente ficado envolvido nos episódios peninsulares das guerras civis, que levaram ao seu abandono.

3. O conjunto de balas de funda em chumbo do Castelo das Juntas

O conjunto de balas de funda aqui em estudo, e que nos foi disponibilizado pelo Dr. António Montezo e o Sr. José Batista é composto por 63 exemplares provenientes do Castelo das Juntas e suas imediações, além de um exemplar recolhido no Castelo da Lousa, que achámos por bem integrar neste estudo. Também ao Castelo das Juntas cremos que deveriam pertencer três outras balas de funda detectadas no Museu Municipal de Moura pelo colega José Gonçalo, mas de origem desconhecida; no entanto, o senhor José Batista mencionou que havia doado ao Museu algumas balas de funda aquando do achamento, e na sequência da entrega de uma grande urna de chumbo de época romana. Deste modo, e atendendo que todo o aspecto e morfologia acompanham os restantes exemplares, cremos ser bastante plausível a sua associação ao restante conjunto.

Por último, importa reter que a intervenção desenvolvida no Castelo das Juntas no âmbito do PMI de Alqueva conduziu à recolha de mais seis exemplares, agora em contexto arqueológico controlado (Albergaria e Melro, 2013, p. 239).

Os 63 exemplares disponibilizados para estudo estavam reunidos em dois conjuntos correspondentes a dois tipos de "achamento": disperso, principalmente em torno do povoado, pelo exterior, o que não obsta que alguma possa vir mesmo do interior do recinto (25 exemplares); concentrado, correspondendo a 38 projécteis de funda encontrados todos reunidos no interior do povoado, tal como nos foi transmitido pelo achador.

No global as peças apresentam-se todas oxidadas, o que lhe confere uma coloração esbranquiçada, à excepção de duas delas que levaram um tratamento de limpeza e estabilização que lhe conferiu uma tonalidade cinzenta brilhante.

Todo o conjunto dos projécteis de funda recolhido no Castelo das Juntas, inclusivamente nas intervenções arqueológicas, foi obtido por moldagem em molde bivalve, sendo bem patente em todos os exemplares as marcas longitudinais da junta do molde, e por vezes as rebarbas resultantes do processo de infusio. O frequente desajuste dos moldes ou o deficiente enchimento dos mesmos causou deformações frequentes, sendo muitas vezes responsáveis pelo menor peso das mesmas. Todavia, cremos que apesar do frequente mau acabamento dos projécteis, estes terão-se-ão mantido, certamente, inteiramente funcionais. Nesta medida, a forma expedita e pouco cuidada como foram executadas poderá indiciar a sua produção em pleno contexto de beligerância, como já foi apontado (Bosman, 1995; Poux e Guyard, 1999, p. 29). Por outro lado, a facilidade de utilização das mesmas, ainda que mal executadas, pode justificar o desleixo na sua fraca qualidade, sem impor

uma produção num contexto de conflito. O facto de muitas apresentarem as extremidades angulosas dobradas pode apontar para o seu uso efectivo.

As glandes plumbeae recolhidas no Castelo da Juntas apresentam uma gama relativamente homogénea em termos formais, dimensões e peso, o que não exclui, como se verá, uma certa variação derivada, muitas vezes, de deficiências de fabrico.

Para a classificação do conjunto utilizámos a tipologia de Völling (1990) por nos parecer a mais adequada, ainda que nem sempre seja simples a distinção entre alguns subtipos (v. Tabela Anexo I). A esmagadora maioria dos projécteis (49 ex.) foram integrados no subtipo fusiforme IIb. No subtipo fusiforme IIa, mais marcadamente bicónico, foram integrados 4 exemplares. Mais raros são os subtipos ovóides Ia (4 ex) e Ib (8 ex). Os projécteis documentados no processo de escavação foram integrados no tipo oblongo de Guerra (1987) (Albergaria e Melro, 2013, p. 239), o que, atendendo aos 3 exemplares publicados, dois se poderiam integrar no mais comum subtipo IIb de Völling, enquanto outro parece mais facilmente associar-se ao tipo Ia.

Dos exemplares do Museu de Moura dois integram-se no subtipo mais comum, IIb, e outro no subtipo IIa, igualmente representado no conjunto.

Não deixa de ser interessante verificar que o exemplar recolhido no Castelo da Lousa (v. Fig 10 nº 67) é o único que se integra no tipo III de Völling, sendo igualmente o único que nos parece ter sido obtido por martelagem e, como veremos, de longe, o mais pesado de todos, afastando-se por completo das glandes do Castelo das Juntas.

Estas apresentam dimensões entre os 32 e os 45mm de comprimento, sendo que a maioria se situa entre os 37 e os 43 mm, rondando a largura máxima entre os 18 e 20mm, ficando a espessura entre 16 e os 18 mm (v. Tabela Anexo I). No peso, a variação é um pouco maior, apresentando o conjunto uma média de 67g. Apenas dois exemplares apresentam um peso abaixo dos 40g e acima dos 80g, um. O exemplar do Castelo da Lousa é claramente mais pesado que os restantes, estando bem acima da média, com 95g (v. Fig 11), sendo dos exemplares mais pesados conhecidos no território actualmente português, apenas superado, que saibamos, por duas peças do Alto dos Cacos, Almeirim (Ferreira e Sequeira, 2011). Será importante referir que é, igualmente, bastante mais pesado que os restantes exemplares conhecidos do Castelo da Lousa, também obtidos por martelagem, que apresentam pesos mais aproximados dos verificados no Castelo das Juntas (Guerra, 1987, p. 170; Ruivo, 2010, p. 502).

Estes dados acompanham por completo o panorama tipológico e metrológico conhecido um pouco por todo o mundo romano, o que acaba por ser óbvio, dada a sua relação com a movimentação de tropas romanas, que seguiriam modelos até certo ponto padronizados, entre os 4-5 cm e os 40-70grs em média (Völling, 1990, p. 37; Quesada, 1997, p. 478). Efectivamente, a leitura dos dados disponibilizados recentemente em outras paragens, como a Eslovénia (Laharnar, 2011, p. 351), apontam no mesmo sentido tipológico e métrico, tal como acontece nos contextos mais centro europeus (Poux, 2008, p. 368).

A análise comparativa feita entre o peso destes elementos e o sistema de pesos romanos (Hultsch, 1971, 144-161, *apud* Laharnar, 2011, p. 355) se, por um lado, permitiu verificar uma variação aparentemente baseada na onça (27,3 grs), por outro lado, deixou igualmente patente não existir uma preocupação efectiva de acompanhar os mesmos.

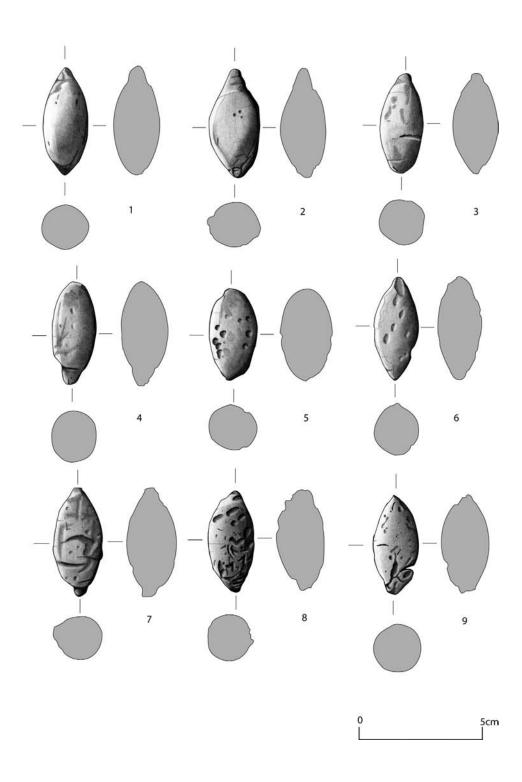


Figura 3 Glandes plumbeae do Castelo das Juntas

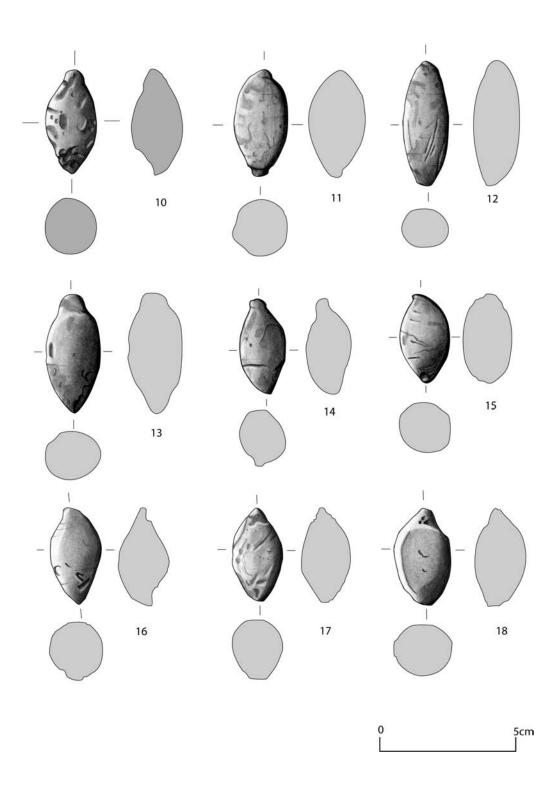


Figura 4 Glandes plumbeae do Castelo das Juntas

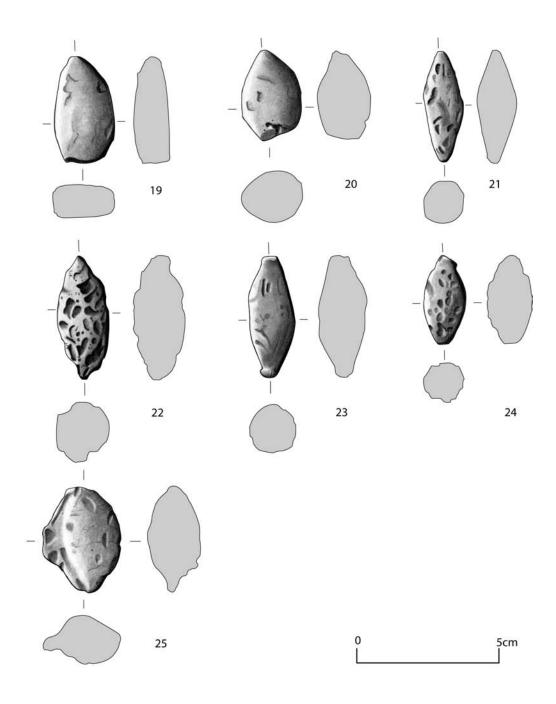
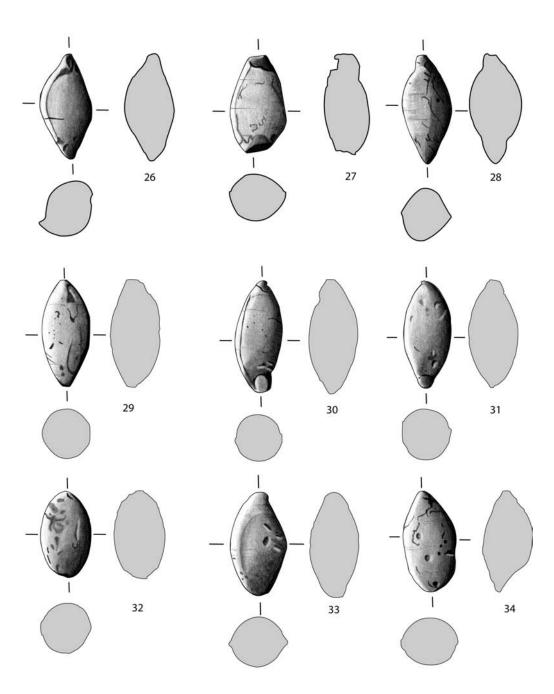


Figura 5 Glandes plumbeae do Castelo das Juntas



Conjunto encontrado reunido

0 5cm

Figura 6 Glandes plumbeae do Castelo das Juntas encontradas reunidas

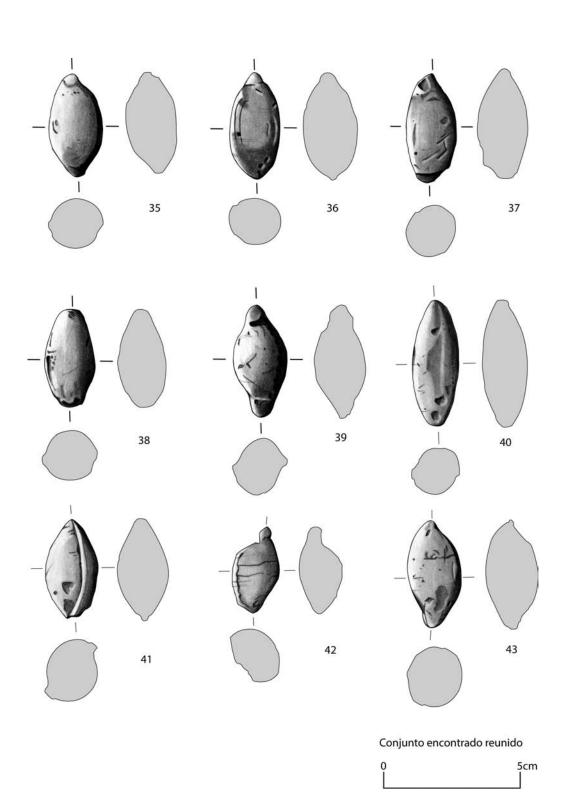


Figura 7 Glandes plumbeae do Castelo das Juntas encontradas reunidas

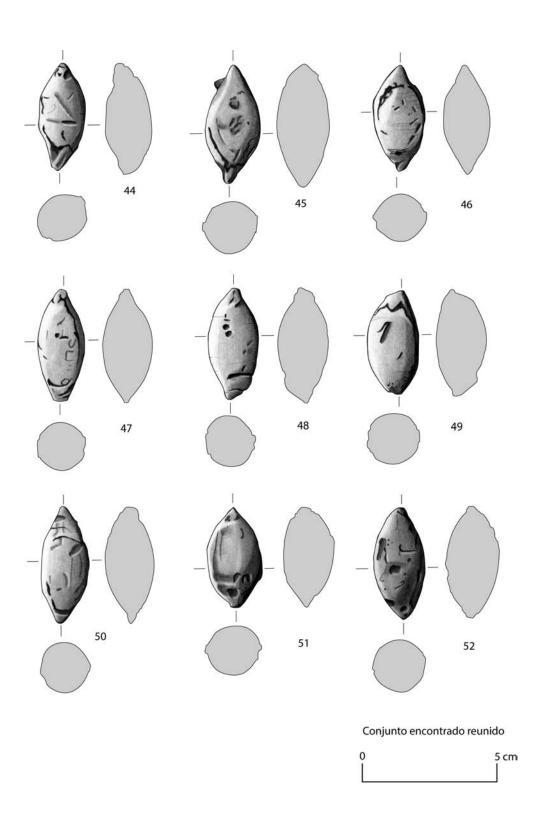


Figura 8 Glandes plumbeae do Castelo das Juntas encontradas reunidas

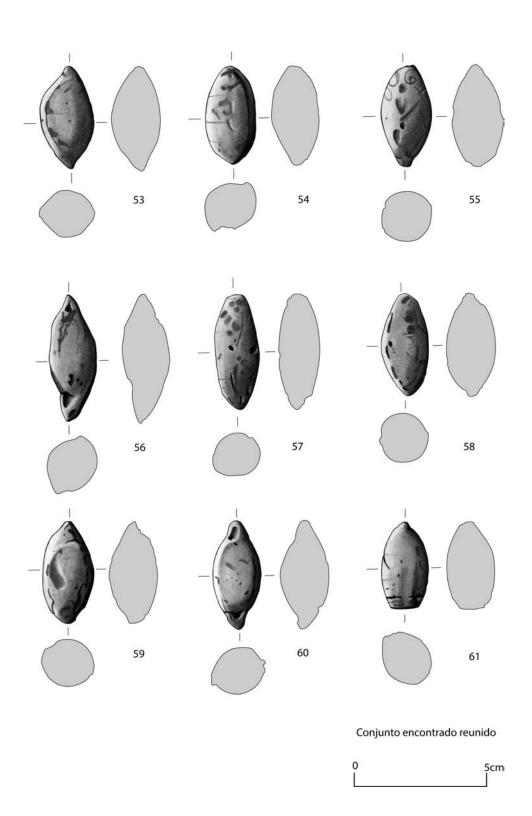


Figura 9 Glandes plumbeae do Castelo das Juntas encontradas reunidas

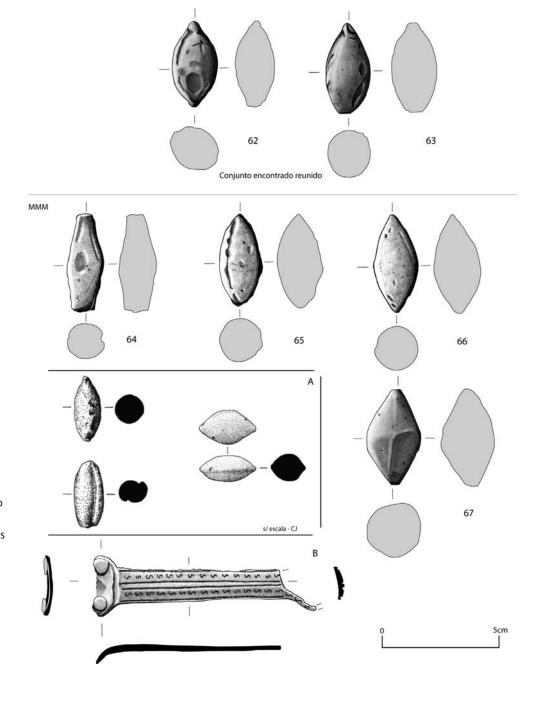


Figura 10

Glandes plumbeae do Castelo das Juntas encontradas reunidas (n°s 62-63); glandes do Museu de Moura, provavelmente do Castelo das Juntas (nº 64-66); glans do Castelo da Lousa (nº 67); A - glandes do Castelo das Juntas encontradas em escavação (seg. Albergaria e Melro, 2013); B - asa horizontal em bronze com rebites em ferro do Castelo das Juntas

No nosso conjunto verificamos também que os exemplares mais leves são mais pesados que a onça, acima dos 30grs, enquanto muitos dos mais pesados não atingem as 3 onças (81grs). Todavia, não deixa de ser sintomático que a média de peso dos nossos exemplares (67grs) se aproxime bastante das duas onças e meia (68,25grs) ou que o exemplar do Castelo da Lousa apresente o peso de 3 onças e meia (95,5grs). No entanto, acompanhamos os citados autores, não valorizando excessivamente esta padronização para elementos que muitas vezes eram produzidos em massa e em contextos de extrema pressão. Por outro lado, também não parece evidente a possibilidade levantada da progressiva diminuição do peso dos projécteis entre a República e o Império (Guerra, 1987, p. 168; Poux, 2008, p. 369), sendo bastante complexo, sem contextos arqueológicos fiáveis, datar os projécteis de funda, os quais, todavia, se parecem concentrar, em território actualmente português, e mesmo peninsular, em dois grandes momentos cronológicos, ambos no séc. I aC e relacionados com os episódios peninsulares das Guerras Civis (Guerra, 1987, p. 168; Guerra e Pimenta, 2013, p. 49; Quesada, 1997, p. 476).

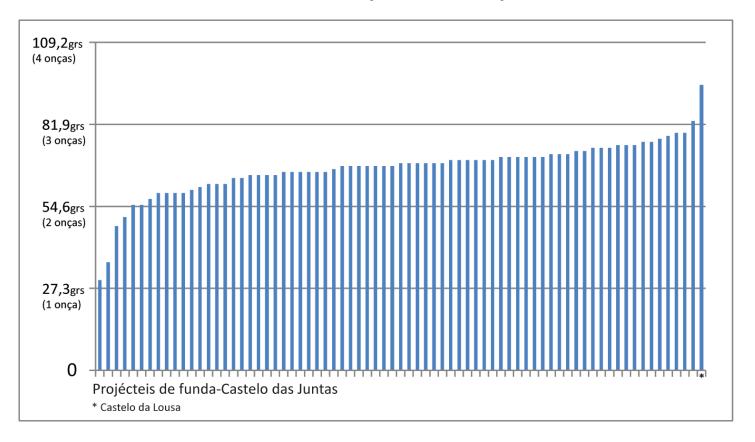


Figura 11 Glandes plumbeae do Castelo das Juntas, dispersão por peso.

Certo é que se desconhece a verdadeira função balística inerente a cada formato e peso, se é que existia alguma, caso a variabilidade não seja meramente aleatória; no entanto, foi já assinalado que os tipos bicónicos, mais comuns, tal como os que apresentam pesos entre as duas e duas onças e meia, apresentam melhor coeficiente balístico (Fontenla Ballesta, 2005, p. 70), o que de certa forma demonstra o conhecimento deste facto, e conduz a uma relativa padronização dentro destes parâmetros, sem que tal impeça uma certa variabilidade dependente de inúmeros factores (Poux, 2008, p. 369). Neste sentido, convém recordar, na esteira de Völling (1990, p. 36), que Diodoro Sículo, na sua *Bibliotheca Historica* (5,18) menciona que os famosos funditores baleáricos se faziam acompanhar de três tipos distintos de funda, com dimensões diversas, consoante a proximidade do alvo

a abater, o que foi de certo modo secundado pelas informações de Estrabão, na sua Geografia (3.5,1), onde menciona que as mais longas fundas seriam para alvos mais distantes e as curtas para os mais próximos. Deste modo, resta saber se os exemplares mais pesados visavam distâncias mais longas, ajudando o seu peso a melhorar a balística, enquanto os de menores dimensões, mais facilmente afectados por factores externos, como o vento, serviriam para alvos mais próximos.

Os projécteis de funda do Castelo das Juntas autorizam perspectivar o seu fabrico local expedito, que se observa quer pela presença de rebarbas em alguns exemplares, quer pela fraca qualidade de acabamento de muitos deles, dado o desajuste entre os dois lados do molde bivalve. Certamente de realçar será o facto de os projécteis terem saído de múltiplos moldes, e não apenas de um único, como se pode depreender pela sua variabilidade, e assumindo que no mesmo molde se teria utilizado apenas um formato, o que não é obrigatório. A sua fundição em contexto de combate é conhecida, como nos demonstra a passagem do Bellum Africum (20, 3) onde César pede o reforço das posições, a criação de forjas e a fundição de projéctéis (Poux, 2008, p. 369; Guerra e Pimenta, 2013, p. 50). A necessidade de produção de balas, em pleno contexto de combate, poderia estar facilitada pelo uso e transporte de pequenas varas de chumbo pelos funditores, como as documentadas em Noudar (v. Fig 14), com cerca de um triens (110grs), que permitiriam a rápida fundição de diversos projécteis, como aliás parece ter sido documentado no campo de batalha de Alésia (Poux, 2008, p. 369). Talvez apenas como mero aspecto anedótico, não deixa de ser relevante a proximidade fonética entre a designação dos fundibulários em latim (funditores) e a palavra fundição, e derivadas, como fundidores, em português, actividade certamente frequente naqueles.

Aceitando a perspectiva de dispersão que nos foi transmitida pelo achador, o conjunto em estudo dá-nos uma leitura correcta do que deveria ser a disseminação destes elementos num contexto de uso/batalha: uma parte surgia dispersa pelo exterior do sítio, porque já devidamente lançadas, enquanto outras seriam a munição de um dos fundibulários, e daí a aglomeração de 38 destes projécteis. Não deixa de ser bastante interessante verificar que este número se aproxima do registado num depósito em Puntal dels Llops (41) registado dentro do Compartimento 12 (Bonet Rosado e Mata Parreño, 2002, p. 82); ainda que reconheçamos a distância física e cronológica, já que este último sítio se integra entre o séc. III aC e inícios do seguinte, estes números poderiam de facto assinalar-nos o arsenal de cada funditor. No entanto, sabemos que a ausência de contextos arqueológicos exactos no caso do Castelo das Juntas impõe severas reservas a estas observações, que devem ser entendidas como meramente hipotéticas, ainda que a diversidade de modelos e pesos do conjunto achado reunido pareça descartar que se tivesse encontrado associado a uma qualquer área de moldagem.

Este é o maior conjunto de projécteis de funda efectivamente conhecido em território actualmente português, se exceptuarmos a notícia de Mário Saa sobre os achados de Casal de Tamazim (Guerra e Pimenta, 2013, p. 56).

No geral, pouco se pode inferir a partir deste conjunto, que vem essencialmente assinalar dois aspectos que ficaram já patentes na recente síntese sobre o tema no território actualmente português (Guerra e Pimenta, 2013): que as balas de funda, em determinados

contextos, serão bastante mais frequentes que as conhecidas até ao momento, e que a obtenção de conjuntos relativamente amplos dificilmente se fará pelos métodos arqueo-lógicos convencionais, sendo importante acompanhar de perto, e com as devidas caute-las, estas colecções particulares, que nos vêm a assinalar uma muito maior presença das mesmas, reflectindo obviamente uma maior presença militar romana tardo-republicana em contexto de conflito. Talvez deva aqui expressar um apelo à utilização controlada de novas metodologias, que nos permitam, em contextos particulares, novos resultados, que venham alargar os existentes.

4. Algumas observações sobre outros "achados" do Castelo das Juntas

As glandes *plumbeae* eram acompanhadas por um pequeno conjunto de moedas recuperadas no local e arredores imediatos. Para além destas tivemos acesso a um fundo de campaniense e um objecto em bronze, aparentemente uma asa horizontal decorada. Tratemos primeiramente destes, passando em seguida para as moedas, as quais nos poderão aduzir mais alguma informação cronológica sobre o local.

O elemento em bronze apresenta uma forma rectangular achatada, relativamente fina, com acabamentos toscos na parte inferior e decoração impressa, constituída por dupla faixa longitudinal delimitada por linha superior e inferior de pequenas incisões oblíquas que enquadram uma sequência de "S"s deitados (Fig. 10, B). Na extremidade de um lado menor apresenta uma inflexão acentuada, onde parece estar rebitada, com rebites de ferro, uma outra placa de bronze, da qual nada restou. Na extremidade oposta sai de um dos lados um pequeno alongamento, onde se perpetua a decoração, apresentando ligeira curvatura. Não nos foi possível encontrar qualquer paralelo exacto que nos permitisse enquadrar esta peça, sendo ainda mais complexo, dada a insegurança existente sobre a proveniência estratigráfica. Efectivamente, na grande síntese sobre a baixela tardo-republicana em Bronze (Feugére e Rolley, 1991), não encontrámos qualquer exemplar que remetesse para a peça em análise, ainda que tenhamos reconhecido semelhanças com pegas horizontais curtas de frigideiras, ou outras peças de pega horizontal, como as cassarolas do tipo G 2000 de Pompeia, ou mesmo dos attingitoi e coadores (K2000 e K3000) (Tassinari, 1993). O facto de se encontrar rebitada noutra superfície poderá estar a remeter para uma qualquer reparação, na justa medida em que os recipientes de asa horizontal eram fundidos numa só peça. A decoração, algo tosca, também não apresenta paralelos directos remetendo para algumas gramáticas conhecidas nas cerâmicas indígenas do sudoeste peninsular.

Foi também recuperada à superfície uma base de pátera de verniz negro, aparentemente uma produção calena integrável nas séries 2230-2280 (Morel, 1981).

O conjunto de moedas atribuíveis ao Castelo das Juntas é composto por seis denários de prata, uma cunhagem aparentemente peninsular ilegível e um Asse de Cláudio cuja pertença ao conjunto é duvidosa.

Os denários foram recolhidos no sítio e sua envolvente imediata estando, em geral, mal conservados e de leitura difícil, na justa medida em que não foram sujeitos a qualquer limpeza, à excepção de um³.

O exemplar mais antigo corresponde a um denário serrado de L. PORCI.LICI * L LIC CN DOM, datado de 118 aC (RRC 282/5), sendo o único cunhado em Narbo, face aos restantes em Roma. Este encontra-se perfurado, a modo de pendente, o que pode justificar a sua cronologia mais antiga relativamente à maior parte dos restantes. Um outro, de cronologia próxima, corresponde, com alguma segurança, a um denário de M. SERGI SILVS Q, aparentemente de 116 ou 115 aC (RRC, 286/1), que se encontra, contudo, em bastante mau estado.

O restante conjunto é mais tardio, de inícios do séc. I aC, sendo da primeira década o denário de D. SILANVS L.F., de 91 aC (RRC, 337/3), e o de C.VIBIVS C.F. PANSA, datável de 90 aC (RRC, 342/5b?)⁴. Imediatamente posterior a estes é o denário de L. TITVRI L.F. SABINVS, datado de 89 aC (RRC, 344/1a-c), impedindo o estado de conservação maior precisão do tipo. O mais recente de todos é o denário de L.CENSOR datado de 82 aC (RRC, 363).

A moeda peninsular pertencente ao conjunto, aparentemente em bronze, encontra-se totalmente ilegível, deixando apenas entender um possível zoomorfo (touro?) virado à direita, e na outra face aparentemente um busto. Dado o estado de conservação não conseguimos avançar qualquer hipótese.

Por fim, integra também o rol de moedas aparentemente proveniente do local ou suas imediações um Asse de Cláudio, provavelmente uma imitação hispânica da cunhagem RIC I 100, que foge claramente ao conjunto, podendo representar uma perda fortuita no local em momento bastante posterior ao seu abandono.

Na intervenção arqueológica levada a efeito no local foi documentada a presença de um denário serrado, de 79 a.C., C. Naevius Balbus, (RRC, 382/1b), para além de um asse de Ilerda, em caracteres ibéricos (Albergaria e Melro, 2013, p. 240). Os denários recolhidos no Castelo das Juntas estão bem documentados nos tesouros de época sertoriana documentados na Estremadura portuguesa, enquadrando-se todos dentro dos dois períodos de Crawford percentualmente mais relevantes nesses conjuntos (Id e Ie), seguindo padrões de espectro peninsular (Ruivo, 1993-97, quadro 6; Ruivo, 1997, p. 96). Este facto ajuda a melhor sustentar, cremos, uma cronologia sertoriana para o conjunto de moedas, o que não obsta que alguma das mais antigas possa ter chegado ao local anteriormente, na justa medida em que estamos perante perdas ocasionais e não de um tesouro. Os tesouros de época sertoriana conhecem uma certa concentração no território entre Tejo e Douro, estando ausentes a Sul do Tejo, como bem notou J. Alarcão (1999, p. 4), ainda que se desconheça a cronologia de alguns tesouros alentejanos, como o de São Manços, de que sabemos apenas estar composto por denários (Alarcão, 1999, p. 2)⁵.

Algumas das cunhagens documentadas no Castelo das Juntas estão presentes em outros locais alentejanos, como na Cabeça de Vaiamonte ou em Miróbriga/Chãos Salgados, Santiago do Cacém, (Fabião, 1998, vol. 3, apêndice numismático).

A ausência de cunhagens de denários posteriores permite reforçar a proposta de abandono do local no contexto das Guerras Sertorianas, provavelmente após a perda de protagonismo da Ulterior no seio do recontro.

5. O episódio sertoriano da Guerra Civil no Sudoeste peninsular e o seu reflexo na margem esquerda do Guadiana

Não é certamente aqui o local para uma avaliação rigorosa da acção sertoriana, nem de Metelo, no sul do território actualmente português, tema amplo e intensamente debatido em obras de referência, de que destacamos F. García Morá (1990; 1991), inclusivamente com problematizações recentes que alteram ou reiteram, de certo modo, perspectivas mais antigas (Guerra, 2004; Salinas Frías, 2006).

Contudo, cremos ser fundamental traçar um percurso básico do conflito nesta região, de modo a melhor podermos enquadrar a ocupação do Castelo das Juntas no seu contexto histórico.

Depois da vinda de Sertório para a península, em 80 aC, a pedido dos Lusitanos, apenas conhecemos com alguma clareza a entrada do Ocidente peninsular no contexto de beligerância com a chegada à província da Ulterior do governador Q. Cecílio Metelo Pio, em 79 aC. Este ano e o seguinte parecem conhecer uma série de recontros entre as duas facções no Ocidente peninsular, que poderão claramente centrar a beligerância no território entre o Tejo e o Guadiana, com a referência a recontros em Dipo e Conistorgis, tal como nos menciona Salústio (Hist. I, 113 e 119) (Alarcão, 1988, p. 24; García Morá, 1990, p. 248; Salinas Frías, 2006, p. 157), que em nossa opinião dificilmente poderemos afastar do sudoeste peninsular actualmente português, sendo mesmo Évoramonte a melhor hipótese (Alarcão 1988, p. 98; 2002; Guerra, 2010, p. 90) para o primeiro destes locais, o que a presença de materiais tardo-republicanos e de glans laterícia (Vasconcelos, 1918, p. 78) para além de outra, presumivelmente em chumbo (Costa e Liberato 2007: 638), melhor poderiam ajudar a sustentar. Por outro lado, parece ficar patente a ideia da deslocação do conflito até às margens do Tejo (Salústio, Hist. I, 115), ou seja numa acção Sul-Norte, provavelmente a partir da Baixa Andaluzia, onde o partido de Roma gozava de fortes apoios, como bem nos lembra García Morá (1994, p. 276), e como fica patente no apoio concedido por Gades, e nomeadamente pelos Balbi (v. Cícero, Pro Balbo, 5; García Morá, 1990, p. 252), a que não seria alheia a renovação do foedus de 206 aC justamente em 78 aC, numa clara política de reforço dos laços com Roma, de modo a limitar as possibilidades de apoio a Sertório (García Morá, 1994, p. 276).

Nesta perspectiva, parece-nos claramente que a região de Moura, situada justamente num corredor natural de ligação entre a bacia do baixo Tejo e o baixo Guadalquivir, através do Guadiana, parece estar francamente posicionada numa área de movimentação das tropas de ambas partes, em particular se, como cremos na esteira de outros, desde Fernando Nunes Ribeiro (Ribeiro, 1960, p.73-113) e Abel Viana (Grilo, 2006, p. 6), situarmos *Conistorgis* em Beja. Neste sentido, a proposta infográfica de Salínas Frías (2006, p. 171, Fig 1e 3) e Luís Berrocal et alli (2014, p. 275, fig. 1.2) é particularmente apelativa. Convém relembrar que, muito provavelmente, até então esta seria com maior propriedade a região lusitana, cerne do apoio sertoriano, e que apenas no decorrer deste conflito, e em momentos posteriores, o conceito de Lusitânia se foi expandindo para Norte (Pérez Vilatela, 2000, p. 255).

Como refere García Morá, entre finais de 78 aC e o Verão de 76 aC, as fontes praticamente deixam de se referir à Ulterior, assumindo-se que Sertório haveria conseguido estabelecer

um verdadeiro *limes* meridional, empurrando Metelo para a região mais romanizada da Ulterior, onde facilmente recolhia bastante mais apoio que no ocidente lusitano (Garcia Morá, 1994, p. 279-81). Esta proposta deixaria, em boa medida, toda a bacia do Guadiana em mãos sertorianas, até à margem Sul da Serra Morena, controlando as riquezas metalíferas da região, fulcrais para a sustentação económica da causa, como assinala o mesmo autor. Neste sentido parecem apontar as famosas glandes da Peña de San Sixto (Encinasola) com a inscrição Q·SERTORI·/PRO·COS (Chíc García, 1986, p. 172), a que aparentemente se deveriam juntar outras do Castrejón de Valencia del Ventoso (Berrocal, 2003, p. 206; Berrocal, et alli, 2014, p. 277). Estas ocupações, entre outras, deveriam, segundo este autor, integrar uma linha de defesa da fronteira entre as duas facções neste período.

Importa, então, desde logo, realçar o facto destas ocupações, para além de outras como o Castrejón de Capote, distarem do Castelo das Juntas apenas algumas dezenas de quilómetros para Nascente, justamente em direcção à bacia do Guadalquivir, sendo igualmente de destaque o facto de terem sido abandonadas aparentemente na sequência deste conflito (Berrocal et alli, 2014, p. 277).

A chegada de Pompeio à península, nos inícios de 76 aC, iria provocar novas movimentações e actividade na Ulterior. Efectivamente, no Verão de 76 aC, o lugar tenente de Sertório na Ulterior, Hirtuleio, defronta Q. Cecílio Metelo junto de Itálica, saindo completamente derrotado, rumando depois o curso da guerra mais para Oriente, de modo a evitar a junção dos exércitos dos dois legados de Roma. Contudo, não fica claro até que ponto a eventual perseguição de Hirtuleio não trouxe a guerra até ao nosso território, e à Lusitânia, reduto amplamente sertoriano e que seria ainda em grande medida área de reorganização e recrutamento de tropas. O território entre o Tejo e a Serra Morena poderá ter sido a retaguarda do avanço temerário de Hirtuleio até ao Guadalquivir, ajudando a explicar as múltiplas marcas de beligerância documentadas, em particular, nesta última região. Certo é que, no Verão do ano seguinte Hirtuleio cai definitivamente perante as forças de Metelo, junto a Segóvia, numa passagem que tem tanto de apelativa quanto de controversa. Efectivamente, esta Segóvia vem sendo associada a realidades tão diversas como a Segóbrica mesetenha, na esteira das propostas de Schulten (Fabião, 1992, p. 223), ou na putativa Segóvia andaluza (Chic García, 1986, p. 174; García Morá, 1994, p. 282; Roldán, 1985, p. 133), para além da hipótese de se tratar do Castro de Segóvia, nas imediações de Campo Maior (Gamito, 1987), proposta complexa, mas aceite como provável (Alarcão, 1988, p. 24; Berrocal, et alli, 2014, p. 277).

Estamos com vários autores que assumem que nada nos permite associar este local alentejano com o sítio mencionado nas fontes clássicas, ainda que se registe uma ocupação tardo-republicana mal documentada, na qual não falta, contudo, alguma *militaria*, nomeadamente glandes de chumbo (Guerra e Pimenta, 2013, p. 57), que conduziram C. Fabião a propor a presença de uma guarnição militar (Fabião, 1998, p. 238).

Contudo, se a proposta de Gamito nos surge como pouco fundamentada, por outro lado, parece-nos mais conducente com o desenrolar da guerra, na esteira, aliás, de outros autores (Berrocal, et alli, 2014, p. 277). Ainda que a putativa intenção de Metelo em 76 aC fosse a união dos exércitos dos dois legados na Hispânia, certo é que, como nos propõe Roldán (1985, p. 132), a derrota de Pompeio e a sua retirada mais para Norte, ou mesmo para a Narbonense, dificultasse ainda mais essa tarefa, em particular quando Sertório e

Perpena, após a derrota de Hirtuleio, parecem invernar de novo na Lusitânia (Ap. Bel. Civ., 111), em busca de mais apoios para este, certamente obtidos um ano após a sua derrota. Deste modo, acompanhamos Roldán (1985, p. 132) quando propõe que Metelo deverá ter antes invernado no interior da sua província, não a deixando desguarnecida, num momento onde o reagrupar de tropas e forças por Sertório na Lusitânia faria indiciar novo enfrentamento. Se assim tiver sido, nada atesta com clareza o confronto das duas forças na suposta Segóvia andaluza, bem no interior da Ulterior, onde Metelo controlava totalmente o território. Nesta medida, ou a movimentação de Hirtuleio era bastante temerária, ao adentrar-se bastante em território hostil após uma forte derrota, ou então, em prol da opção alentejana, Metelo, antes de rumar a Leste, viria combater e derrotar, numa última grande batalha na Ulterior, os partidários sertorianos. Os múltiplos indícios de prováveis confrontos, atestados pela presença, ao longo da bacia da margem esquerda do Guadiana descendente e da Serra Morena Ocidental, das já citadas balas de funda com as marcas sertorianas, que podem corresponder a qualquer momento do recontro, traduzem, cremos, alguma verosimilhança à proposta da Segóvia alentejana que, contudo, não nos atrevemos a defender com firmeza. Por outro lado, o tesouro de Santana da Carnota, datado aparentemente de 76 aC (Ruivo, 1997, p. 93; Alarcão, 1999, p. 4) poderá documentar a presença de movimentações militares na linha do Tejo na sequência da derrota e morte de Hirtuleio, independentemente da localização do evento. Todavia, certo parece ser que esta região entre o vale do Guadiana e as estribações da Serra Morena assumiu, num momento ainda impreciso, mas certamente avançado, da Guerra Civil, um papel relevante no contexto do controlo da Ulterior ocidental por parte das forças da Urbs, como fica bem patente, uma vez mais, na infografia de L. Berrocal et alli (2014, p. 275, Fig1.2).

Por fim, e tal como defende Garcia Morá (1990, p. 391; 1994, p. 285), no final de 73 aC o limite dos territórios conquistados pelos partidários da República estariam certamente muito próximos da linha do Douro, o que parece bem atestado pelos diversos tesouros documentados justamente entre o Tejo e o Douro no território actualmente português, cujas últimas moedas parecem datar de 74 aC (Ruivo, 1997, p. 93). No mesmo sentido poderá apontar, como bem refere C. Fabião (2004, p. 69), a concentração de achados argênteos na Beira Baixa, usualmente associados ao episódio sertoriano das Guerras Civis, a que a proximidade com o acampamento de Cáceres el Viejo, aparentemente abandonado neste período, não deve ser alheia.

Ora será justamente num contexto de forte instabilidade neste tramo do vale do Guadiana que teremos que enquadrar as diversas ocupações conhecidas num raio relativamente alargado a partir do Castelo das Juntas, principalmente na margem esquerda, mas igualmente na margem direita do grande rio do Sul.

6. O Castelo das Juntas e as ocupações tardo-republicanas na região de Moura: tentativa de leitura histórica

Infelizmente, e tal como grande parte do Sul do território actualmente português, o tramo superior do Guadiana descendente, em ambas as margens, é bastante mal conhecido durante o período pré-romano e tardo-republicano, ainda que existam múltiplas notícias sobre povoados indígenas romanizados (Lima, 1988)⁶

Contudo, cremos que existe já um conjunto de dados que permite uma melhor compreensão do contexto regional, justamente durante a primeira metade do séc. I aC, que permitirá um entendimento mais sólido do Castelo das Juntas e do seu posicionamento na margem esquerda do Guadiana.

Nos últimos anos o conhecimento sobre a ocupação pré-romana e romana republicana tem, no entanto, progredido ligeiramente, permitindo destacar, largamente, o sítio de Moura conhecido, todavia, apenas por pequenas notícias (v. síntese recente em Monge, 2012, p. 8), ou pela informação oral de um dos seus escavadores, José Gonçalo Valente, que teve a amabilidade de nos adiantar alguns dados que vêm reforçar as notícias existentes. Durante o período pré-romano, como bem assinala aquele autor, a ocupação deveria apresentar uma dimensão considerável, o que a frequente cerâmica ática parece reforçar (Monge, 2012, p. 11).

No entanto, o pequeno conjunto cerâmico de importação a que tivemos acesso, proveniente apenas da intervenção dos anos 80, não deixa uma imagem particularmente impressionante, o que os resultados obtidos nas campanhas recentes pode alterar. Basicamente observou-se apenas um pequeno conjunto de cerâmicas campanienses A, B "calena" e de pasta cinzenta, que podem abarcar um espectro cronológico amplo, entre finais do séc. II aC e meados do seguinte, mas que em geral poderão facilmente enquadrar-se nas séries da variante tardia de Cales, com cronologias entre 90/80aC e 40/20aC (Pedroni, 2001). De campaniense A apenas registámos a presença da série F1441-43, estando as produções de B "calena" representadas pelas formas F1222, F1413, F2257, F2320, F2323 tipo f1, F2820, F7551, além de algumas produções de imitação de cerâmica campaniense em pasta cinzenta e em pastas regionais das grande páteras, com o usual ressalto junto à carena, pelo interior, tal como foi registado em Vaiamonte (Fabião, 1998) (v. Fig 13).

Infelizmente não nos foi possível observar qualquer fragmento de contentor anfórico, eventualmente retirados para estudo anteriormente, sem que tenha ficado qualquer registo. Seja como for, cremos ser bastante plausível que o sítio de Moura possa ter jogado um papel relevante na estruturação do território pré-romano e durante o período da conquista, dada a sua estratégica localização sobre uma via natural de ligação entre a margem esquerda do Guadiana e o baixo Tejo e Sado através do território alentejano a Norte e a Sul da Serra de Portel/Mendro, como fica bem patente no velho caminho transumante que atravessava o Guadiana no significativo Porto de Évora, junto à barragem de Alqueva, e que seguia para noroeste ao longo do Rio Degebe. Relativamente equidistante deste vau fica o Castelo das Juntas que controlava, claramente, os acessos a outros vaus marcados pelos portos de Cu de Pato, Meirinho e Espada, próximos da foz da Ribeira de Alcarrache.

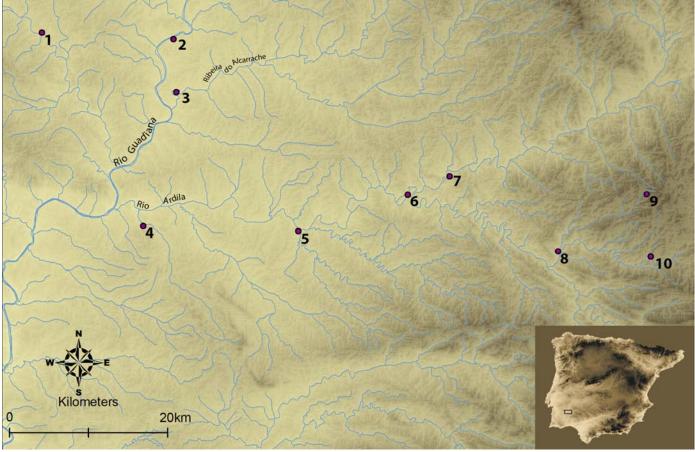


Figura 12
Povoamento tardorepublicano na
envolvente do Castelo
das Juntas: 1- Castelo
Velho do Degebe;
2- Castelo da Lousa
3- Castelo das Juntas;
4- Moura; 5- Castelo
Velho de Safára; 6Noudar; 7- Castelo do
Cid; 8 – La Peña de
San Sixto; 9- Castejón
de Bodonal 10 –
Castrejón de Capote

Cerca de 20km para Sudeste do Castelo das Juntas, na confluência da Ribeira de Safara com o Rio Ardila localiza-se o Castelo Velho de Safara que, apesar de não ter sido ainda objecto de uma intervenção arqueológica, foi a base de uma dissertação de mestrado, o que nos permite uma leitura global sobre a sua ocupação (Costa, 2010).

Este sítio integra-se facilmente dentro dos designados "castro de ribeiro" identificados por Luís Berrocal (1992) como a mais típica ocupação dos territórios célticos do Sudoeste peninsular, em particular da "cuenca" do Ardila. De dimensões relativamente modestas, cerca um hectare e meio, aparentemente rodeada por um circuito defensivo, a ocupação do local parece prolongar-se ao longo da segunda metade do Iº milénio aC. Se a fase mais antiga surge bem documentada quer através das presenças de cerâmica ática (Costa, 2010, p. 76), quer através de cerâmicas indígenas com decorações típicas da designada Fase de Apogeu de Berrocal (1992, p. 95), já o momento subsequente parece mais difícil de avaliar. A notória ausência de materiais romanos republicanos de fases mais recuadas, como cerâmica campaniense A ou ânforas itálicas, deixam alguma margem para se acreditar no abandono do local antes ou durante a fase de conquista. O facto de estarmos a tratar de um sítio conhecido apenas por materiais de superfície não deve limitar demasiado a valorização das ausências, dada a recolha, da mesma forma, de cerâmica ática, não só mais antiga, como usualmente menos comum. Certo parece ser o facto de a ocupação ter conhecido uma eventual reactivação já durante o séc. I aC, provavelmente em meados do mesmo, atendendo quer à presença de cerâmica de imitação de campaniense em pastas cinzentas (Alves et al. np), à presença de ânforas da Ulterior, da região do Guadalquivir, aparentemente do tipo "Haltern 70" (Costa, 2010, p. 71), mas principalmente devido a um impor-

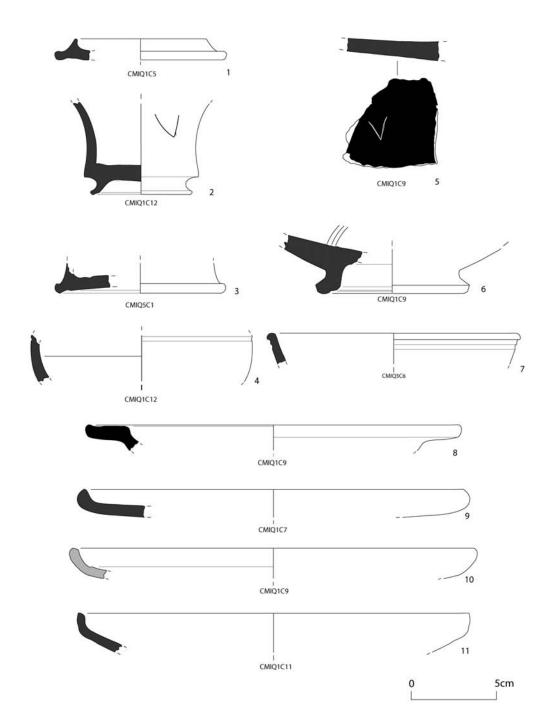


Figura 13 Cerâmica campaniense das intervenções no Castelo de Moura na década de 80 do séc. XX (secção a negro Camp. A; a cinzento escuro, Camp. B de Cales "calena"; cinzento claro, imitação regional). 1- F1413; 2- F1222; 3- F7551; 4- F2320; 5-F2250-80, com grafito pós cozedura; 6-F2255-58; 7- F2323f1; 8- F1441-43; 9- F2257; 10- Pátera de imitação. 11- F2820.

tante número de cerâmica decorada a carretilha e pequenas estampilhas, que parece indiciar um novo dinamismo no local. Resta saber qual o efectivo cariz que o sítio teve durante esta fase, se um povoado indígena, ou se não terá conhecido uma outra ocupação afim dos fortins, dada a documentação de uma estrutura de tipo torre, em posição destacada, com cerca de 6m de lado, assemelhando-se bastante aos fortins de tipo torre (Costa, 2010, p. 12), bem documentados mais a Norte (Mataloto, 2002; 2004), mas igualmente mais a Sul, na região de Serpa onde tivemos a oportunidade de visitar alguns fortins⁸.

Deste modo, é com bastante dificuldade que contemplamos a contemporaneidade do Castelo Velho de Safára face ao Castelo das Juntas, deixando-nos ver que, provavelmente, cada um destes sítios teve a sua própria biografia, bastante complexa de aprisionar; todavia, acreditamos que, a estar ocupado neste momento, o Castelo Velho de Safára deverá ter tido uma relevância menor neste momento, ganhando, eventualmente, novo protagonismo pouco depois.

Como se afirmou acima, as múltiplas menções a povoados fortificados romanizados no território de Moura efectuadas por Fragoso Lima (Lima, 1988) resistem mal a uma leitura actual, tal como fica patente nas revisões levadas a efeito recentemente pelas equipas do então IPA, e constantes na base de dados Endovélico. Deste modo, cremos antes conveniente deslocarmos a nossa análise mais para Nascente, no território de Barrancos.

Nas imediações da confluência da Ribeira do Múrtega com o Ardila ergue-se o castelo de Noudar, num estreito e declivoso interflúvio. Objecto de escavação nos inícios dos anos 90 não foi ainda extensivamente publicado; contudo, dispomos já de alguma informação (Rego, 1994). A ocupação prolongada do local, com fortes remobilizações de terra em época medieval e moderna, dificultam uma visão mais assertiva das ocupações antigas, ainda que nos pareça terem sido intervencionados estratos tardo-republicanos bem preservados e de grande interesse, a carecerem de uma publicação mais extensa.

O castelo medieval apresenta uma área relativamente reduzida, com cerca de 1,2ha, todavia, nada implica que a ocupação antiga do local se atenha às dimensões da fortaleza existente.

A ocupação sidérica, segundo a informação disponível, parece desenvolver-se a partir do séc. IV a.C. até ao séc. I a.C. (Rego, 1994, p. 42). O conjunto material publicado e analisado no Museu de Barrancos pode associar-se, principalmente, a um momento avançado da Idade do Ferro, certamente contemporâneo do período de conquista. A presença de cerâmica cinzenta decorada com pequenas estampilhas e/ou incisões, usualmente associada à Fase Tardia de L. Berrocal (1992, p. 93), parece apontar nesse sentido.

No "desentulhamento" da Porta de Moura surgiu uma ânfora Dressel 1 itálica completa, tendo-se registado mais um bocal e asas no Museu de Barrancos. Para além destes documentou-se a presença de dois fundos de Campaniense B, provavelmente de produção calena, integráveis na série 7551 (Morel, 1981, p. 414). No museu encontravam-se expostos diversos exemplares de cerâmica cinzenta fina polida inspiradas em formas de cerâmica campaniense, nomeadamente páteras da Espécie F2250.

Aparentemente associáveis a esta mesma fase registaram-se dois lingotes de chumbo, de forma alongada e secção semicircular, com cerca de 100gr de peso, além de diversas pequenas placas do mesmo material, com cerca de 30gr de peso, ou seja, perto de uma onça romana.

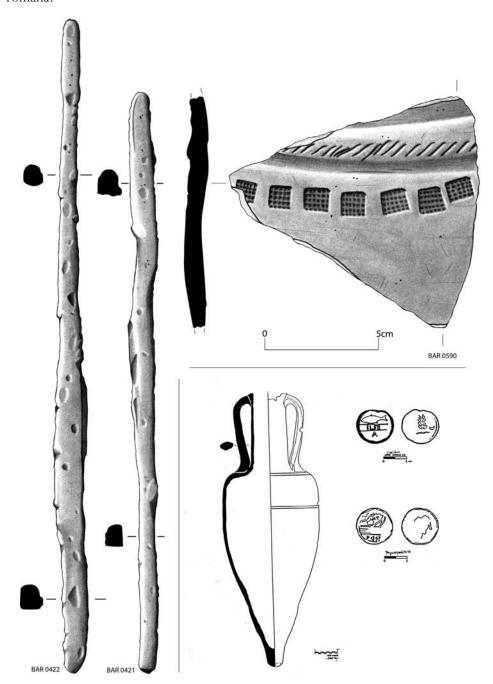


Figura 14
Conjunto artefactual de Noudar: lingotes de chumbo; cerâmica cinzenta fina decorada com matrizes e incisões; ânfora Dressel 1 itálica e cunhagens peninsulares (seg. Rego, 1994)

Uma outra pequena ocupação, o Castelo do Cid, poderá também ter desempenhado um papel relevante na primeira metade do séc. I aC, tendo-se aí documentado além de se atendermos à presença de ânforas e cerâmica campaniense, mas também algumas balas de funda em chumbo⁹ (Rego, 2001, p. 121), usualmente associadas, como se viu, a contextos de beligerância romana.

A ocupação tardo-republicana do Castelo de Noudar, atendendo às presenças itálicas, mas igualmente indígenas, pode situar-se genericamente entre os finais do séc. II aC e a primeira metade do séc. I aC sendo, então, contemporânea do Castelo das Juntas.

Estas duas ocupações, a par do Castelo de Cid, desempenharam, credivelmente, um papel complementar no controlo das transitabilidades NO-SE, pela margem esquerda do Guadiana, fazendo a ligação entre a foz do Tejo e o Guadalquivir, através da Serra Morena. Ou seja, controlavam um importante eixo de circulação interior durante o processo de conquista e estabilização do Ocidente peninsular, também certamente relevante durante os episódios peninsulares das Guerras Civis.

O Castelo de Noudar situa-se, na realidade, nas abas da Serra Morena, antes da planície que conduz à travessia do Guadiana, pouco acima do Castelo das Juntas.

No território mais acidentado das estribações da Serra Morena, para Nascente de Noudar, é bem conhecida uma importante rede de ocupações pré-romanas e romanas republicanas, da qual se destaca o Castrejón de Capote. Nesta região, relacionada com a designada "Beturia Céltica", foi anteriormente registado o sistema de povoamento da área "central del Ardila" (Berrocal, 1992, p. 267). Efectivamente Capote, o melhor documentado, terá sido abandonado na sequência do conflito sertoriano, que causou grande impacto em toda a região, como defende o autor dos trabalhos (Berrocal, 1992, p. 280; 2003, p. 206; 2014, p. 277). Tal como se assinalou acima, um conjunto importante de instalações com ocupações tardias, como Castrejón de Bodonal, Castrejón de Valencia del Ventoso ou San Sixto, em particular nestes últimos onde se documentaram as balas de funda com a marca de Q·SERTORI· PRO·COS (Berrocal, 2003, p. 206), integram claramente esta região nas movimentações sertorianas, em particular pela sua localização estratégica entre o interior lusitano, e o Baixo Guadalquivir, nomeadamente Itálica, onde as acções de Hirtuleio viriam a ter um desastroso resultado.

A título quase ensaístico, e como breve balanço sobre estas ocupações da margem do Guadiana, e das estribações da Serra Morena ocidental, julgamos pertinente tecer alguns considerandos sobre o posicionamento e função do Castelo das Juntas, em particular nos momentos imediatamente anteriores ao seu abandono, concomitante, aliás, com muitos outros. Pensamos ter ficado patente o seu posicionamento estratégico junto de uma importante via de circulação e ligação do litoral Oeste com o Sul peninsular, em particular num contexto de beligerância onde o foco do conflito sertoriano se desenrolava nestas regiões. Deste modo, cremos que o Castelo das Juntas poderá ter sido um importante ponto de suporte logístico ao longo da via de circulação, como foi já proposto para outros sítios no Nordeste peninsular (Ñaco e Principal, 2012) e na retaguarda dos exércitos, provavelmente sertorianos, como poderá ficar bem patente no horreum documentado no topo em posição central. Assim, na sequência da "queda" da frente ocidental, após o desastre de Itálica e a perseguição de Hirtuleio, o Castelo das Juntas será palco de conflitos, comprovados pela dispersão das balas de funda, sendo posteriormente abandonado, quando a sua função de suporte desaparece.

A proximidade do Castelo das Juntas face ao Guadiana impõe algumas considerações sobre as ocupações existentes na margem oposta do rio. No entanto, o vale em si constitui um grande vazio durante grande parte da segunda metade do I° milénio aC, conhecendo-

-se apenas algumas pequenas ocupações abertas a montante, como a Malhada dos Gagos ou a Malhada das Mimosas (Calado, Mataloto e Rocha, 2007, p. 160 e 164), sendo esta última possivelmente contemporânea do Castelo das Juntas. A sua presença evidencia a multiplicidade de soluções de agregação populacional que se conhece nos momentos avançados da Idade do Ferro.

Assim, durante grande parte da segunda metade do Iº milénio aC, o grande povoamento concentrado encontrava-se relativamente retraído face ao rio, localizando-se, preferencialmente, nos seus principais afluentes, constituindo as margens do Guadiana um território periférico, ocupado essencialmente por instalações de fundo rural, de dimensão diversa.

O Castelo Velho do Degebe, situado na margem do rio que lhe dá nome, apenas 20km para noroeste do sítio aqui em estudo, merece comentário particular. Este povoado tornou-se conhecido inicialmente por uma pequena notícia de Afonso do Paço e Pires Gonçalves, onde se realça o seu estado "prístino" (Paço e Gonçalves, 1962). Contudo, foi a sua destruição maciça, no final dos anos 80, com vista ao plantio de eucaliptos, que o tornou tristemente célebre. Após esta destruição procedeu-se a uma intensa recolha de materiais, no âmbito de um programa de minimização de impactes levada a efeito pelo IPPC, na qual se reuniu o conjunto que está na base dos comentários que se seguem. ¹⁰

Não é este o local para uma valorização aprofundada deste sítio, que bem a merece, e que esperamos vir a fazer, contudo, resulta essencial realçar alguns aspectos determinantes na leitura global da região na primeira metade do séc. I aC.

O Castelo Velho do Degebe pode designar-se de um típico "castro de ribeiro", enquanto modelo de povoamento típico do interior do sudoeste peninsular durante a segunda metade do I° milénio aC. Implantado em posição sobranceira ao Rio Degebe, com vertentes abruptas, assinalou-se-lhe a presença de três linhas de fortificação e dois torreões (Silva, 1999, p. 219), sendo antecedido de um fosso escavado na rocha.

O conjunto cerâmico recolhido no local apresenta-se relativamente extenso, estando a carecer ainda de um trabalho aturado. No geral permite propor uma ocupação entre os sécs. IV e I aC, ainda que sejam mais frequentes as cerâmicas atribuíveis às designadas Fases Tardia e Final de L. Berrocal (1992, p. 93), que documentam a ocupação do sítio entre o séc. II° e I° aC. As cerâmicas de importação são escassas, constando de algumas cerâmicas campanienses do "círculo da B", um fundo de pátera F2250-80 de Campaniense A, além de um pequeno fragmento de imitação de cerâmica campaniense em pasta cinzenta. Cremos, todavia, que o pequeno conjunto anfórico, composto apenas por bordos, asas e fundo de ânforas itálicas do tipo Dressel 1, é bastante mais expressivo sobre a diacronia de ocupação do local. A ausência de ânforas de produção peninsular parece apontar para o seu abandono num momento aparentemente recuado do séc. I aC.

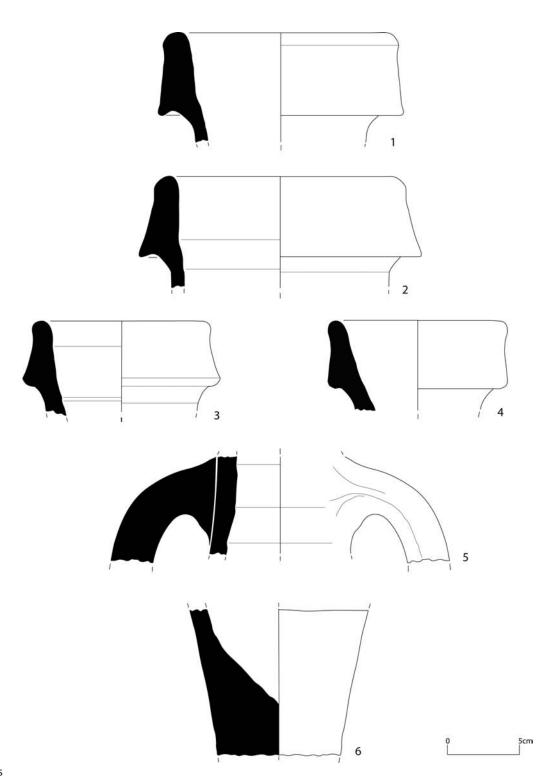


Figura 15

Conjunto de fragmentos de ânforas itálicas da costa tirrénica recolhidas no Castelo Velho do Degebe

As presenças metálicas são, como se verá, bem mais expressivas que as cerâmicas sobre os contactos com o Mundo romano. Ainda assim, sabemos que estas foram largamente delapidadas pela pilhagem levada a efeito por aficionados do detectorismo, especialmente após a destruição do sítio, que foi bastante comentada na imprensa de então. No local ficaram largos vestígios abandonados da sua acção, nomeadamente alguns dos restos que aqui vamos referir, além de diversos instrumentos (tenaz e pesos) em ferro, frequentes fragmentos de chumbo, em particular uma grande placa, além dos artefactos em cobre/bronze, que vamos referir. De particular interesse, pelo seu significado no contexto do processo de transformação cultural, está a presença de pequenos elementos de baixela metálica, como um pequeno fragmento do recipiente de simpulum de pega horizontal que, dada a ausência da mesma impede estabelecer o tipo (Castoldi e Feuguère, 1991) (v. Fig 16, 7). Foi igualmente documentada a presença de um jarro de tipo bitroncocónico (Boube, 1991) (v. Fig 16, 8) que, dada a ausência de asa, se torna impossível enquadrar tipologicamente; todavia, dada a conhecida presença de asas de tipo "Piatra Neamt" em Portugal (Fabião, 1999, p. 183), se pode alvitrar a sua atribuição a este tipo.

Estas presenças resultam, em grande medida, inversas ao usual panorama nacional, onde as peças conhecidas são justamente as que se encontram aqui ausentes, ou seja, o recolhido no Castelo Velho do Degebe são as peças rejeitadas pelos detectoristas, devendo os elementos de maior valor artístico e de conservação, as asas, estar na posse dos mesmos.

De maior interesse, e raridade, nos parece a existência de material metálico relacionado com as presenças militares. Para além de um possível capacete, descrito por um dos pastores, mas nunca visto, certa é a presença de um gancho de lorica hamata, de uma espora de botão lateral e de um disco de arreio, igualmente relacionável com a cavalaria. Se estes são relativamente conhecidos, já as esporas e o gancho da cota de malha estão bem menos documentados, mesmo em contexto extra-peninsular.

As esporas estão mesmo ausentes das tipologias utilizadas em período pré-romano e romano republicano a nível peninsular (Quesada, 2005). As esporas de botão tridiscoidais são conhecidas na Gália, tendo sido utilizadas quer pelas populações locais, quer pelas forças romanas durante o período de conquista (Poux, 2008, p. 388), podendo mesmo corresponder a tipos inicialmente utilizados por populações autóctones da região centro europeia, posteriormente integradas nos auxilia romanos. Estes modelos, do período La Téne final, seriam aparentemente de origem celta, e estariam na base dos modelos romanos posteriores (Quesada, 2005, p. 126). A sua difusão, essencialmente centro europeia, deve-se também em parte à movimentação dos exércitos romanos, como nos deixa entrever a sua presença em Sisak, na Croácia, conhecida pelos achados de militaria romana (Radman-Livaja, 2004, tabla 55). Em termos cronológicos, na Gália enquadra-se a sua existência essencialmente entre a fase da conquista e o período de Augusto (Poux, 2008, p. 388). A presença militar romana no Castelo Velho do Degebe aparece aqui reforçada pela identificação do que entendemos ser um "colchete" ou gancho peitoral em forma de "lira" (Viand, 2008, p. 46) para fixação dos elementos de proteção dos ombros nas loricae hamata (v. Fig 16, 4). Este sistema de fixação, conhecido principalmente através de estatuária e figurações pelo menos desde finais do séc. II aC, não é propriamente frequente sendo, contudo, o mais amplamente registado para este tipo de proteção corporal (Viand, 2008, p. 41).

Estas peças estão relativamente pouco documentadas a nível peninsular (Aurrecoechea, 2010, p. 86), e mesmo ao nível do Mundo Romano tardo-republicano, correspondendo as poucas conhecidas principalmente a exemplares já de época Imperial. Todavia, a presença deste tipo de proteção corporal parece já atestar-se em Renieblas, mas igualmente noutros acampamentos de Numância, atendendo à identificação de fragmentos de cota de malha em bronze, deixando supor o seu uso por tropas romanas desde momentos antigos do processo de conquista do território peninsular (Aurrecoechea, 2010, p. 87; Luik, 2010, p. 65).

Efectivamente, dos poucos exemplares registados de ganchos ou "colchetes", mesmo em outras paragens, e de época tardo-republicana (Radman-Livaja, 2004: Tabla 27; Poux, 2008, p. 349), em caso algum encontramos um exemplar tão elaborado quanto o detectado no Castelo Velho do Degebe.

Uma pequena placa de cobre/bronze, dotada de um rebite em ferro, poderá igualmente estar relacionada com a indumentária militar, enquanto elemento de fixação (v. Fig 16, 3).

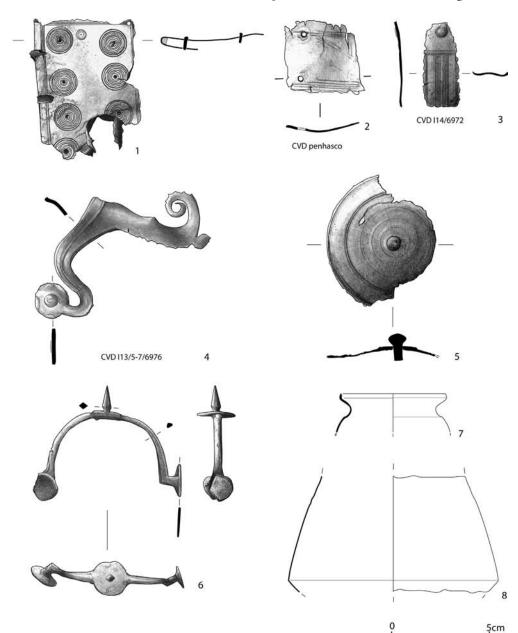


Figura 15 Achados metálicos do Castelo Velho do Degebe: 1- fecho de cinturão bi-metálico, com fivela em ferro e corpo placa em bronze; 2 – placa de cingulum (?); 3 – elemento metálico (de lorica?) em bronze, com rebite em ferro; 4 Gancho peitoral "em lira" de lorica hamata em bronze, com rebite de ferro; 5 - Disco de arreios de cavalo; 6 -Espora de botão, em bronze; 7 - Simpulum em bronze 8 – Jarro bitroncocónico em bronze

Também eventualmente relacionado com a presença militar romana republicana poderá ser um fecho de cinturão. Este corresponde a uma placa rectangular, em cobre/bronze, dobrada numa das extremidades de modo a fixar a fivela, de duas hastes, em ferro (v. Fig 16, 1). A placa encontrava-se decorada com filete duplo perimetral inciso, que enquadrava oito conjuntos de cinco círculos concêntricos, no centro dos quais se fixavam os rebites em ferro. Este tipo de fechos são bem conhecidos em Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984, Tafel 11), ainda que nenhum deles partilhe a decoração aqui presente, a qual podemos reconhecer num outro provável fecho de cinturão documentado no Castrejón de Capote, o qual foi, contudo, cremos, incorrectamente reconstituído como um fecho de cinturão de tipo Ibérico (Berrocal, 1989, p. 285). Este tipo de fecho de cinturão é claramente distinto de toda a tradição peninsular, dada a utilização de fivelas fechadas com hastes para fixação nas perfurações dos elementos perecíveis, ao invés dos peninsulares de encaixe. Contudo, os motivos decorativos apresentam amplos paralelos na área celtibérica, principalmente nas designadas placas ornamentais (Lorrio e Sanchez de Prado, 2009, p. 395), mas igualmente carpetana como fica patente na placa do Llano de la Horca (Baquedano, et alli, 2007, p. 388). Este facto em pouco deve obstar ao relacionamento desta peça com a presença militar romana, na justa medida em que, no acampamento numantino de Renieblas foi documentada uma destas placas com decoração repuxada de círculos concêntricos, considerada eventualmente pertencente a um cinturão (Bishop e Coulston, 1993, p. 63). Também no Castelo da Lousa uma fina placa em cobre/bronze, com decoração de triângulos pontilhados e pequenos círculos concêntricos, foi interpretada como pertencente a um fecho de cinturão e integrada no conjunto de elementos de fundo militar (Ruivo, 2010, p. 500).

A presença deste fecho de cinturão de certo modo "associado" aos indícios de uso lorica hamata recorda-nos a observação de Bishop e Coulston (1993, p. 62) segundo os quais o uso de cinturões com aquele tipo de armadura permitiria aliviar o peso sobre os ombros, transferindo-o para a cintura, aligeirando aquele que era um dos fortes defeitos desta armadura. No mesmo sentido se pode mencionar que o uso de lorica hamata seria bastante frequente, ao menos na Gália, nas forças de cavalaria (Poux, 2008, p. 411, fig. 70), cuja passagem pelo Castelo Velho do Degebe está bem atestada pela espora comentada anteriormente. Um disco em bronze, com perfuração central e rebite, eventualmente correspondente às phalerae dos arreios dos cavalos, semelhante a outros documentados em Vaiamonte (Fabião, 2006, p. 122) ou Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984, Tafel 17) vem reforçar a presença de elementos correlacionáveis com a cavalaria (v. Fig 16, 5).

Um fragmento de bronze recolhido também no Castelo Velho do Degebe parece remeter para placas de revestimento de cinturões, ou mesmo cingulum, atendendo que a sua decoração linear incisa perimetral, com duas perfurações na área conservada, apresenta algum paralelismo com as possíveis placas de revestimento de cingulum documentadas em Vernon (França) (Viand, 2008, p. 40).

Assim, este conjunto de presenças metálicas não nos parece deixar dúvidas sobre a passagem ou estacionamento de tropas romanas no Castelo Velho do Degebe, vindo reforçar, sem margem para dúvidas, o que C. Fabião designou de "hidden" Roman Army (Fabião, 2006).

A existência de guarnições militares romanas disseminadas pelo território e instaladas em povoados indígenas, enquanto forças de ocupação, tem sofrido fortes críticas por parte de alguns autores (Cadiou, 2008, p. 327; Cadiou e Navarro Caballero, 2010, p. 281), que rejeitam por completo esta hipótese. Todavia, se por um lado compreendemos e aceitamos a dificuldade historiográfica em aceitar o exército romano enquanto força efectiva de ocupação, com a instalação de guarnições permanentes de controlo do território (Cadiou, 2008, p. 361), o que seria, aliás, uma especificidade peninsular (Rosenstein, 2004, p. 134, apud, Cadiou, 2008); por outro lado, cremos ser cada vez mais difícil negar a presença, em contexto indígena, de forças militares romanas em período tardo republicano, no interior Sul do território actualmente português.

Neste sentido, e atendendo aos dados disponíveis para a região aqui em estudo, a que teríamos que aduzir os de Vaiamonte ou Castelo Velho de Veiros, entre outros, cremos que estas guarnições militares, mais do que se reportarem a um exército de ocupação e controlo do território, deveriam resultar, principalmente, da intensa movimentação militar romana durante o conflito sertoriano que teve, nesta região, um forte impacto e um importante palco de batalha, com múltiplas referências à presença, passagem e recrutamento militar durante boa parte deste primeiro episódio da Guerra Civil em território peninsular. Cremos então que o estacionamento de tropas nos povoados indígenas da região estaria essencialmente relacionado com este momento concreto, onde este território, sabemos, terá sido importante base de apoio e suporte da causa sertoriana. Esta hipótese conjugar-se-ia bastante bem não apenas com as questões historiográficas, mas igualmente arqueológicas, atendendo que estes sítios, nomeadamente Vaiamonte (Fabião, 1996, p. 60), Castelo Velho do Degebe ou mesmo o próprio Castelo das Juntas, parecem ter sido abruptamente abandonados após, ou durante, o episódio sertoriano.

O período subsequente terá sido marcado pela efectiva alteração da estratégia romana de controlo das áreas ocupadas, desencadeando-se um verdadeiro processo de apropriação do território, que poderá ser apelidado de verdadeira "re-fundação" tal como defende C. Fabião (1998, p. 288), que se caraterizará pela disseminação na paisagem de novos assentamentos, antecipando o início do processo de urbanização da área Sul do território actualmente português.

Importa destacar, apenas de modo muito breve, para o nosso território, a fundação do Castelo da Lousa, situado apenas 7km para Norte do Castelo das Juntas, numa posição estrategicamente muito semelhante.

Ainda que se continue a defender um cariz civil para a ocupação inicial do Castelo da Lousa (Alarcão, et alli, 2010, p. 31), parece-nos cada vez mais ineludível a sua associação a uma estratégia militar de uso do território, que teria sido antecedida nessa função pela presença do Castelo das Juntas, o qual desaparecerá na sequência do episódio sertoriano da guerra civil, dando lugar a uma edificação romana de evidente cariz militar, fundada algures nos meados do séc. I aC (Alarcão et alli, 2010, p. 109) onde a presença de militaria se encontra bem documentada (Ruivo, 2010, p. 498).

A conjugação do posicionamento estratégico do Castelo da Lousa face às movimentações militares decorrentes na região no período imediatamente anterior, ajudará a compreender a escolha da sua localização num momento onde estaria ainda muito marcado o decor-

rer do conflito sertoriano. Neste sentido, e antes de se efectuar a profunda transformação da paisagem humana da região, através da criação não apenas de uma malha urbana, mas igualmente de uma rede de vias que permitisse instalar o Mundo Provincial Romano, importava reocupar e controlar os antigos eixos vertebradores com novas ocupações que marcassem de modo vincado o poder de Roma, e nesse sentido o Castelo da Lousa fá-lo de modo bastante claro.

No entanto, após a consolidação da ocupação efectiva do sudoeste peninsular, através da disseminação de centros urbanos que estruturarão, numa lógica totalmente distinta, o uso do território, no qual algumas das velhas travessias perdem o seu sentido, o Castelo da Lousa deixará de fazer sentido no controlo das ligações NO-SE, entre a foz dos principais rios do Sul e Ocidente peninsular. Agora, após a Pax Augusta, e a formação de uma nova província imperial, as lógicas de deslocação transitam mais para Norte, ligando o litoral à capital Emerita, perdendo as ligações com província senatorial da Baetica a relevância anterior.

Neste sentido, e em modo de conclusão, importa realçar que poderá não ter sido totalmente alheia aos acontecimentos decorrentes do episódio sertoriano, a divisão da Ulterior em duas províncias, a Bética e a Lusitânia. Durante este conflito ficaram bem marcadas as diferenças existentes entre ambas, uma insurreta, mais a Poente, e outra, fiel e submissa mais a Sul. Talvez não seja, também, totalmente alheia a esta divisão a verdadeira fronteira estabelecida em dado momento do conflito entre ambas facções na região aqui em causa, dando eventual azo à futura fronteira. Nesta lógica, o Castelo das Juntas, aparentemente afastado de todos os grandes eixos e dinâmicas históricas, parece ganhar novo sentido, estabelecendo-se como um sítio importante na compreensão do processo de instalação do Mundo Romano no sudoeste peninsular.

Agradecimentos: Este trabalho não seria possível, em primeiro lugar, sem o convite e incentivo do João Pimenta, companheiro incansável do estudo destas realidades tardo-republicanas, que me deu a conhecer este conjunto. Por outro lado, também tal seria um desiderato impossível sem a generosa colaboração do Dr. António Montezo, genuíno interessado na História local da região de Póvoa de São Miguel, tal como o aficionado amigo Sr. José Batista.

Os meus agradecimentos vão ainda para o Município de Moura na pessoa do Sr. Vereador José Gonçalo, pela amabilidade com que nos acompanhou em Moura, e nos deu a conhecer os materiais daí provenientes. Ao Município de Barrancos, na pessoa de Lídia Segão, e restantes funcionários, que autorizaram o acesso aos materiais de Noudar, tal como a Miguel Rego, que nos disponibilizou alguma informação sobre as suas intervenções.

Ao Instituto Arqueológico Alemão de Madrid e aos seus directores, nomeadamente Dirce Marzoli e Thomas Schattner, agradecemos o acolhimento insuperável que várias vezes tivemos, e que nos permitiu aceder a bibliografia que de outro modo nos seria complexo obter.

Ao Samuel Melro agradeço a disponibilização do texto monográfico sobre o Castelo das Juntas, em fase de publicação.

A Catarina Alves agradeço a sabedoria das cerâmicas de verniz negro e a paciência de longas conversas sobre estes temas ...

Por fim, mas não no fim, resta um agradecimento à Inês Conde, desenhadora "oficial", pelo apoio prestado no desenho dos materiais, por vezes através de meios menos ortodoxos, mas sempre eficazes ...

Redondo/Setúbal, inícios de Setembro de 2014

Tabela - Anexo I

NIO I			AS (MOURA) – glandes pumbleae	T
N°	Produção	Peso (g)	Dim. (comp. x larg. x alt. mm)	Tipo Völling
2	Moldagem Moldagem	69 71	44x19x18 44x21x18	llb llb
3	Moldagem	79	40x18x18	IIb
4	Moldagem	75	42x18x20	IIb
5	Moldagem	75	37x19x18	lb lb
6	Moldagem	65	41x20x18	IIb
7	Moldagem	78	44x19x17	Ilb
8	Moldagem	72	40x17x18	Ilb
9	Moldagem	72	39x19x19	Ilb
10	Moldagem	66	39x19x20	Ilb
11	Moldagem	83	39x20x20	Ilb
12	Moldagem	69	46x17x14	la
13	Moldagem	70	44x20x17	Ilb
14	Moldagem	55	35x20x17	IIb
15	Moldagem	64	32x19x18	Ilb
16	Moldagem	59	36x21x19	Ilb
17	Moldagem	68	34x21x18	Ilb
18	Moldagem	68	36x21x18	Ilb
19	Moldagem	62	37x21x11	lb III
20	Moldagem	59 36	31x21x18	lb llo
21 22	Moldagem	74	39x14x15	lla Ilb
23	Moldagem Moldagem	51	43x18x20 42x16x17	lla lla
23	Moldagem	30	31x13x14	lb
25	Moldagem	74	37x27x17	IIb
26	Moldagem	68	40x23x18	IIb
27	Moldagem	71	38x21x17	lb lb
28	Moldagem	60	41x18x20	IIb
29	Moldagem	69	40x18x18	Ilb
30	Moldagem	69	43x17x17	IIb
31	Moldagem	73	40x18x19	IIb
32	Moldagem	66	33x19x18	la
33	Moldagem	76	39x22x19	Ilb
34	Moldagem	73	38x21x17	Ilb
35	Moldagem	68	37x20x18	Ilb
36	Moldagem	71	39x19x17	Ilb
37	Moldagem	74	40x18x19	Ilb
38	Moldagem	70	36x20x18	lb
39	Moldagem	65	41x20x31	Ilb
40	Moldagem	70	47x17x17	la
41 42	Moldagem	68 48	37x25x20	IIb IIb?
43	Moldagem Moldagem	77	32x22x15 40x22x20	Ilb
44	Moldagem	61	41x20x16	IIb
45	Moldagem	76	45x20x19	IIb
46	Moldagem	57	40x20x17	IIb
47	Moldagem	66	42x18x18	IIb
48	Moldagem	70	43x18x19	IIb
49	Moldagem	70	40x19x18	IIb
50	Moldagem	71	43x18x18	Ilb
51	Moldagem	66	37x21x18	Ilb
52	Moldagem	75	41x19x19	Ilb
53	Moldagem	62	39x20x17	Ilb
54	Moldagem	65	37x22x18	lb
55	Moldagem	71	38x19x18	Ilb
56	Moldagem	79	48x23x18	lla
57	Moldagem	68	43x18x16	la
58	Moldagem	66	39x18x18	Ilb
59	Moldagem	64	38x20x18	Ilb
60	Moldagem	68	40x20x17	lla
61	Moldagem	66	43x21x17	lb III.
62	Moldagem	69	36x21x17	IIb
63 64 (MAMA)	Moldagem	72	38x20x18	IIb
64 (MMM)	Moldagem	55 65	42x16x15	lla
65 (MMM)	Moldagem	70	40x19x18	llb llb
66 (MMM)	Moldagem	70	42x20x18	
CJ35 [9] CJ 151 [9]	Moldagem	62	41x20x16 40x23x18	(oblonga) (oblonga)
	Moldagem	69	40x23x18	
CJ 99 [48] J 501 [246]	Moldagem	59	43x18x18 36x22x17	(oblonga)
J 501 [246] J 503 [246]	Moldagem Moldagem	59	35x22x17 35x17x19	(oblonga)
502 [246]	Moldagem	67	39x22x17	(oblonga) (oblonga)
VUL 1241	moluagem	95	41x22x23	(obloliga)

BIBLIOGRAFIA:

ALARCÃO, J. (1988) - O domínio romano em Portugal. Mem Martins, Europa-América.

ALARCÃO, J. (1999) - O contexto histórico dos tesouros republicanos romanos em Portugal. *Rutas, ciudades y moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática Antigua (Porto, marzo de 1997).* Anejos Archivo Español de Arqueologia, vol. XX, Madrid: CSIC, p. 1-8.

ALARCÃO, J. (2001) - A localização de Dipo e Evandriana. Al-madan. Série II, 10, p. 39-42.

ALARCÃO, J. (2006) - As vias romanas de Olisipo a Augusta Emerita. Conimbriga. Coimbra. Vol.45, p. 211-251.

ALARCÃO, J.; CARVALHO, P. y GONÇALVES, A. (2010) - Castelo da Lousa. Intervenções arqueológicas 1997-2002, Studia Lusitana, 5, Mérida.

ALBERGARIA, **J.**; **MELRO**, **S.** (2013) - Ocupação proto-histórica na margem esquerda do Guadiana. Memórias d'Odiana, 2ª série.

ALBERGARIA, J.; MELRO, S. y RAMOS, A. 2000 - Escavações arqueológicas no Castelo das Juntas (Moura). (*Era*) Arqueologia. Lisboa. Era/Colibri. 1, p. 38-51.

AURRECOECHEA, J. (2010) - Las armaduras romanas en Hispania: protectores corporales para la infanteria y la caballería. Gladius. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente. XXX p. 79-98

BAQUEDANO, E.; CONTRERAS, M.; MÄRTENS, G.; RUIZ ZAPATERO, G. (2007) - El oppidum carpetano de "El Llano de la Horca" (Santorcaz, Madrid). In Estudios sobre la Edad del Hierro en la Carpetania. Registro arqueológico, secuencia y território. Zona Arqueológica, 10, p. 375-394.

BARBOSA, M. (1998-2000) - Tesouros monetários romanos em Portugal: da Rapública ao reinado de Augustus. *Nymmys*. II série. Vol. XXV, p. 7-144.

BERROCAL, L. (1989) - El Assentamiento "Celtico" de Castrejón de Capote (Higuera la Real, Badajoz). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueologia de la Universidad Autónoma de Madrid.* 16, p. 245-295.

BERROCAL, L. (1992) - Los Pueblos Celticos del Suroeste de la Peninsula Iberica, Complutum-Extra, 2, Madrid. BERROCAL, L. (1996) - Fortificación, guerra y poblamiento en la Beturia: consideraciones sobre el altar de Capote y la conquista del suroeste. Revista de Estudios Extremeños. 52 (II), Mayo-Agosto, p. 411-440.

BERROCAL, L. (2003) - Poblamiento y defensa en el territorio céltico durante la época republicana. In *Defensa y territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto.* Casa de Velázquez — Universidad de León. Salamanca, p. 185-218.

BERROCAL, L.; de la BARRERA, J.; CASO AMADOR, R.; CABANILLAS DE LA TORRE, G. (2014) - Nertóbriga Concordia Iulia. La conquête de la Béturie. In Cadiou, F.; Navarro Caballero, M. (coords) La Guerre et ses Traces. Conflits et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (III^e - I^{er}). Bordeaux, p. 273-296.

BISHOP. M.; COULSTON, J. (1993) - Roman Military Equipment: from the Punic Wars to the fall of Rome. Londres.

BONET ROSADO, H.; MATA PARREÑO, C. (2002) - El Puntal dels Llops. Un fortín edetano. Trabajos Varios del S.I.P. 99, Diputación de Valencia.

BOSMAN A.V.A.J. (1995) - Pouring Lead in the Pouring Rain, Making Lead Slingshot under Battle Conditions. *Journal of Roman Military Equipment Studies*. 6, p. 99–103

Boube, J. (1991) - Les Cruches. In: Feuguère, M.; Rolley, C. (Eds.), in Feuguère, M.; Rolley, C. (Eds.) La Vaisselle Tardo-Républicaine en Bronze (Actes de la Table-Ronde du CNRS Organisée à Lattes du 26 au 28 Avril 1990). Dijon, Université de Bourgogne (Centre de recherches sur les Techniques Gréco-Romaines, 13), p. p. 23-45.

CADIOU, F. (2008) - Hibera in terra miles. Les armées romaines el la conquête de l'Hispanie sous la République (218-45 av. J.-C.). Casa Velázquez, Madrid.

CADIOU, E.; NAVARRO CABALLERO, M. (2010) - Les origines d'une présence italienne en Lusitanie. In Gorge, J.-G.; Nogales Basarrate, T. (eds.) *Naissance de la Lusitanie romaine (I^{er} av. – I^{er} ap. J.C.).* VII^e Table Ronde Internationale sur la Lusitanie romaine. Touluse-Mérida, p. 253-292.

CALADO, M.; ROCHA, L. (1997) - Povoamento da Idade do Ferro no Alentejo Central. Cadernos de Cultura de Reguengos de Monsaraz. Reguengos de Monsaraz, 1, p. 99-130.

CALADO, M.; MATALOTO, R.; ROCHA, A (2007) - Povoamento Proto-Histórico na margem direita do regolfo de Alqueva (Alentejo, Portugal). In Rodríguez Díaz, A. y Pavón Soldevila, I. (eds.) *Arqueologia de la Tierra. Paisajes rurales de la protohistoria peninsular*, Cáceres, p. 129-179.

CASTOLDI, M.; FEUGUÈRE, M. (1991) - Les Simpulums, in Feuguère, M.; Rolley, C. (Eds.) La Vaisselle Tardo-Républicaine en Bronze (Actes de la Table-Ronde du CNRS Organisée à Lattes du 26 au 28 Avril 1990). Dijon, Université de Bourgogne (Centre de recherches sur les Techniques Gréco-Romaines, 13), p. 61-88.

CHIC GARCÍA, G. (1986) - Q. Sertorius, proconsul. Actas de la reunión sobre Epigrafía hispánica de época romano-republicana. Zaragoza, p. 171-176.

COSTA, T. (2010) - O Castelo Velho de Safara (Moura): Elementos para o seu estudo. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado, exemplar policopiado.

COSTA, T.; LIBERATO, M. (2007) - Intervenções arqueológicas no Castelo de Evoramonte: síntese de resultados. *Vipasca*, 2, Serie II, p. 632-642.

CRAWFORD, M. H. (1974) - Roman Republican Coinage. Cambridge, Cambridge University Press, 2 vols. EDMONSON, J. (1994) - Creating a Provincial landscape: roman imperialism and rural change in Lusitania. Gorges, J.-G. y Salinas Frías, M. (eds) Les campagnes de Lusitanie romaine. Occupation du sol et habitats. Madrid, p. 13-30.

FABIÃO, C. (1992) - O Passado proto-histórico e romano. In Mattoso, J., (ed.), *História de Portugal.Vol. 1:* antes de Portugal. Círculo de Leitores. Lisboa, p. 79-299.

FABIÃO, C. (1996) - O povoado da Cabeça de Vaiamonte (Monforte). *A Cidade*, Revista Cultural de Portalegre. Nova Série, 11, Lisboa, p. 31-80.

FABIÃO, C. (1998) - O Mundo Indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje português, Tese Doutoramento da Universidad de Lisboa. 3 Vol., policopiado, Lisboa.

FABIÃO, C. (1999) - A propósito do depósito de Moldes, Castelo de Neiva, Viana do Castelo: a baixela Romana tardo-republicana em bronze no extremo ocidente peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 2. Número 1, p. 163-198

FABIÃO, C. (2001) - O Povoamento do Sudoeste Peninsular na segunda metade do I Milénio a.C.: continuidades e rupturas. In Berrocal-Rangel, L.; Gardes, P. (eds.) *Entre Celtas e Iberos. Las poblaciones protohistóricas de las Galias e Hispania*, Real Academia de la Historia / Casa de Velázquez. Madrid, p. 227-246.

FABIÃO, C. (2004) - O tesouro de prata de Monsanto da Beira (Idanha-a-Nova). Arqueologia: colecções de Francisco Tavares Proença Júnior (Catálogo de Exposição). Castelo Branco: IPM — Museu Francisco Tavares Proença Júnior, p. 62-72.

FABIÃO, C. (2006) - The Roman army in Portugal. In Morillo, A y Aurrecoechea, J. (eds.) *The Roman Army in Hispania. An Archaeological Guide.* Universidad de León. Léon, p. 107-126.

FABIÃO, C. E GUERRA, A. (1987) - Considerações Preliminares sobre a Cerâmica Comum do Acampamento Militar Romano da Lomba do Canho, Arganil. In *Da Pré-História à História. Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*. Lisboa, Ed. Delta, p. 287-308

FERREIRA, A.; SEQUEIRA, J. (2011) - *As glandes de chumbo romanas do Alto dos Cacos, em Almeirim.* Trabalho para a unidade curricular de Arqueologia Militar, FCSH — Universidade Nova de Lisboa.

FEUGÉRE, **M. E ROLLEY**, **C. (Eds.) (1991)** - La Vaisselle Tardo-Républicaine en Bronze (Actes de la Table-Ronde du CNRS Organisée à Lattes du 26 au 28 Avril 1990). Dijon, Université de Bourgogne (Centre de recherches sur les Techniques Gréco-Romaines, 13).

FONTENLA BALLESTA, S. (2005) - Glandes de honda procedentes de la batalla de Asso. *AlbercA*, 3, p. 67-84.

GAMITO,T. J. (1987) - O castro de Segóvia (Elvas, Portugal), ponto fulcral na primeira fase das Guerras de Sertório. *O Arqueólogo Português -* Lisboa. IV série, 5, p. 149-160.

GARCÍA MORÁ, F. (1990) - Quinto Sertorio. Tesis Doctoral presentada a Universidad de Granada.

GARCÍA MORÁ, F.; PÉREZ MEDINA, M. (1991) - Algunos aspectos del conflicto sertoriano en tierras Béticas. In González Román (coord.) *La Bética en su problemática histórica*. Unioversidad de Granada, p. 63-86.

GARCÍA MORÁ, F. (1993) - Sertorio frente a Metelo (79-78 a.C.). Actas II Congreso peninsular de História Antiga. Coimbra, 1993, p. 375-398.

GARCÍA MORÁ, F. (1994) - El conflicto sertoriano y la provincia Hispania ulterior. *Historia Antigua: actas del II Congreso de Historia de Andalucía*, Córdoba, 1991, p. 271-286.

GRILO, C. (2006) - *A Rua do Sembrano e a ocupação pré-romana de Beja*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa.

GUERRA, A. (1987) - Acerca dos projécteis para funda da Lomba do Canho (Arganil). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 5, p. 161 -177.

GUERRA, A. (2004) - Caepiana: uma reavaliação crítica do problema da sua localização e enquadramento histórico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol.7, n° 2, p. 217-235.

GUERRA, A. (2010) - A propósito dos conceitos de «Lusitano» e «Lusitânia». *Serta Palaeohispanica J. de Hoz. Palaeohispanica*. 10, p. 81-98.

GUERRA, Á.; PIMENTA, J. (2013) - Os projécteis de funda de Monte dos Castelinhos e a dispersão destes materiais no território português. *Monte do Castelinho (Castanheira do Ribatejo), Vila Franca de Xira e a conquista romana do Vale do Tejo.* Vila Franca de Xira / Lisboa: Câmara Municipal / Museu Nacional de Arqueologia, p. 47-58

LAHARNAR, R. (2011) - Roman lead slingshots (*glandes plumbeae*) in Slovenia. *Arheološki vestnik*, 62, p. 339-374.

LIMA, J.F. [1942] (1988) - Monografia Arqueológica de Moura. Moura: Câmara Municipal de Moura.

LOPES, M.; CARVALHO, P.; GOMES, S. (1997) - Arqueologia do Concelho de Serpa. Serpa. Câmara Municipal de Serpa.

LORRIO, A; SÁNCHEZ DE PRADO, M.D. (2009) - La necrópolis celtibérica de Arcóbriga (Monreal de Ariza, Zaragoza). Caesaraugusta. Intitución "Fernando el Católico". 80.

LUIK, M. (2010) - Los hallazgos de armas en los campamentos romanos alrededor de Numancia. Gladius. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente. XXX p. 61-78

MATALOTO, R. (2002) - Fortins e Recintos-torre do Alto Alentejo: antecâmara da "romanização" dos campos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 5. 1, p. 161-220.

MATALOTO, R. (2004) - Fortins romanos do Alto Alentejo (Portugal): fortificação e povoamento na segunda metade do séc. I a.C.". Moret, P.; Chapa, T. (eds) *Torres, Atalayas y Casas fortificadas*, Casa de Velázquez/Universidad de Jaén, p. 31-54.

MONGE, R. (2012) - *O Cabeço Redondo. Um edifício da Idade do Ferro Pós-Orientalizante na Herdade do Metum (Moura).* Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado, exemplar policopiado.

MOREL, J.-P. (1981) - Céramique Campanienne. Les Formes. 2 vols. Rome, École Française de Rome.

NACO DEL HOYO, T.; PRINCIPAL, J. (2012) - Outposts of integration? Garrisoning, Logistics and Archaeology in North-eastern Hispania, 133-82 BC". In Roselaar, S. Processes of Integration and Identity Formation in the Roman Republic, Leiden-Boston. Brill, p. 161-177.

PAÇO, A.; GONÇALVES, J.P. (1962) - Castelo Velho do Degebe (Reguengos de Monsaraz). I - Reconhecimento Preliminar. XXVI Congresso Luso-Espanhol da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências - Secção VII História e Arqueologia (Porto, 1962). Porto, p. 313-316.

PEDRONI, L. (2001) - Ceramica calena a vernice nera. Produzione e diffusione, Napoles.

PÉREZ MACÍAS, J. A. (1997) - San Sixto (Encinasola, Huelva). El Oro e el Moro. *XI Jornadas de Património de la Sierra de Huelva*, p. 249-270.

PÉREZ VILATELA, L. (2000) - *Lusitania: historia y etnologia.* Bibliotheca Archaeologica Hispana, 6, Real Academia de la Historia, Madrid.

PÉREZ VILATELA, L. (2000) - De la Lusitania independiente a la creación de la provincia. *Sociedad y Cultura en la Lusitania romana*, IV Mesa Redonda Internacional. Mérida, p. 73-84.

PINTO, I.; SCHMITT, A. (2010) - Cerâmica comum. In Alarcão, J. Carvalho, P. y Gonçalves, A. (2010) *Castelo da Lousa. Intervenções arqueológicas 1997-2002*, Studia Lusitana. 5, Lisboa, p. 219-443.

POUX, M. (2008) - L'empreinte du militaire tardo-républicain dans les faciès mobiliers de La Tène finale. Caractérisation, chronologie et diffusion de ses principaux marqueurs. In Poux (dir.) *Sur les traces de César. Militaria tardo-républicains en contexte gaulois*, p. 299-432.

POUX, M.; GUYARD, L. (1999) - Un moule a balles de fronde inscrit d'époque tardorépublicaine a Paris (rue Saint-Martin). *Instrumentum* 9, p. 29–30.

QUESADA SANZ, F. (1997) - El armamento ibérico. Estudio tipológico, geográfico, funcional, social y simbólico de las armas en la Cultura Ibérica (siglos VI-I a.C.). Monographies Instrumentum, 3, Montagnac.

QUESADA SANZ, F., (2005) - El gobierno del caballo montado en la Antigüedad Clásica con especial referencia al caso de iberia. Bocados, espuelas y la cuestión de la silla de montar, estribos y herraduras. *Gladius*. XXV, p. 97-150.

 $\textbf{RADMAN-LIVAJA, I. (2004) -} \textit{Militaria Sisciensia-finds of the Roman militar equipment in Sisak in the holding of the Archaeological Museum in Zagreb. Archaeological Museum of Zagreb. \\$

ROLDÁN, J.M. 1985 - La Guerra Civil entre César e Pompeyo (49-31 a.C.), Blázquez, J.M. et alii, Historia de la España Antigua, II España Romana (2ª Ed.), Catedra, Madrid, p. 155-174.

REGO, M. (1994) - Investigações arqueológicas no Castelo de Noudar. *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana*. Huelva, p. 37-53.

REGO, M. (2001) - *Noudar (Barrancos): do Calcolítico à vila medieval. Tesina* em Arqueologia apresentada à Universidad de Huelva.

RIBEIRO, F. N. (1960) - Pré-história e a Origem de Beja. *Arquivo de Beja*. Beja: Câmara Municipal, vol.17, p. 3-113.

RUIVO, J. (1993-97) - A circulação monetária na Estremadura portuguesa até aos inícios do séc. III. Nymmys. 2ª Série, XVI/XX, p. 7-177.

RUIVO, J. (1997) - O conflito sertoriano no Ocidente hispânico: o testemunho dos tesouros monetários. *Archivo Español de Arqueología*. Vol. 70, p. 91-100.

RUIVO, J. (2010) - Espólio metálico. Alarcão, J.; Carvalho, P.; Gonçalves, A. (2010) Castelo da Lousa. Intervenções arqueológicas 1997-2002, Studia Lusitana, 5, Lisboa, p. 481-517.

SALINAS FRÍAS, M. (2006) - Geografía real y fictícia de la epopeia sertoriana. In Cruz Andreotti, Le Roux, Moret, (coords) *La invención de una geografia de la Península Ibérica. I: La República romana.* Universidad de Málaga, p. 153-174.

SILVA, A. (1999) - Salvamento arqueológico no Guadiana. Memórias d'Odiana. Beja: EDIA. Nº 1.

TASSINARI, S. (1993) - Il vasellame bronzeo di Pompei. Roma. (Cataloghi 5)

TEICHNER, F. (2008) – Zwischen Land und Meer – Entre tierra y mar. Studien zur Architektur und Wirtschaftsweise ländlicher Siedlungen im Süden der römischen Provinz Lusitanien. Studia Lusitana, 3, Mérida.

ULBERT, G. (1984) - Cáceres el Viejo. Ein Spätrepublikanisches Legionslager in Spanisch-Extremadura. Madrider Beiträge, 11, Mainz.

VASCONCELOS, J. L. (1918) - Antigualhas de Evoramonte. O Archeólogo Português. Vol 23, p. 78-81.

VIAND, A. (2008) - Les fragments de cotte de mailles de Vernon. Armure souple véliocasse ou présence romainne aux potes de l'oppidum?. In Poux (dir.) Sur les traces de César. Militaria tardo-républicains en contexte gaulois. p. 33-46.

VÖLLING, T. (1990) - Funditores im römischen Heer. Saalburg Jahrbuch 45, p. 24–58.

WAHL, J. (1985) - Castelo da Lousa: Ein Whergeöft Caesarich-Augusteischer Zeit. *Madrider Mitteilungen*. 26, p.150-176.

NOTAS

- Município de Redondo; Portanta Associação de Arqueologia Ibérica
- Adaptado de http://sacred-texts.com/cla/jcsr/afr.htm
- Queremos deixar uma nota de agradecimento ao Dr. António Faria que corroborou algumas das leituras aqui avançadas, sendo, todavia, de nossa total responsabilidade qualquer eventual erro ou omissão. Foi de grande ajuda a consulta do site http://www.wildwinds.com/coins/, no qual facilmente detectámos uma ampla base fotográfica de apoio.
- Este exemplar, apesar de leitura clara, pela forma como foi batido impede a leitura de "PANSA", não deixando ver também com clareza a presença da Minerva isolada ou com a Vitória alada, daí a interrogação
- O tesouro da Herdade da Retorta (Montemor-o-Novo), também mencionado por este autor, parece, contudo, ser já de época Imperial, se nos ativermos na descrição constante na Base de Dados Endovélico (CNS 2655).
- Na base de dados de sítios arqueológicos Endovélico surgia mais de uma dezena de menções a povoados fortificados com ocupações sidéricas, muitos deles provavelmente romanizados. Contudo, revisões recentes efectuadas pelos técnicos das Instituições competentes permitiram confirmar a existência de apenas alguns deles, deixando ainda assim sobejas dúvidas quanto às suas cronologias de ocupação, por vezes bem posteriores ao período aqui em análise.
- 7 Agradecemos a Catarina Alves a ajuda na classificação e enquadramento dos exemplares documentados.
- 8 Agradeço a Rui Monge a visita proporcionada aos fortins de João Gago e do Vidigão/Monte da Caveira, estando este último já publicado como atalaia medieval (Lopes, Carvalho e Gomes, 1997, p.62)
- Não foi possível localizar estes materiais no Museu de Barrancos.
- 10 Estes materiais encontram-se principalmente à guarda da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, mas também da Direcção Regional de Cultura, em menor número.